



ACADEMIA MILITAR

A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria

Autor: Aspirante de Infantaria Cristiano José Vaz Monteiro

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Co-orientador: Professor Doutor José Fontes

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2015



ACADEMIA MILITAR

A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria

Autor: Aspirante de Infantaria Cristiano José Vaz Monteiro

Orientador: Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Co-orientador: Professor Doutor José Fontes

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2015

Dedicatória

A Deus por toda a fé que me mantém vivo e a toda a minha família, que me apoiou e soube entender a minha ausência durante este período de realização deste trabalho.

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foi, sem dúvida, importante a colaboração e disponibilidade de algumas pessoas. Portanto, aproveito esta oportunidade para agradecer a todos aqueles que de uma forma ou de outra, deram o seu contributo para esta pesquisa. Desde já, peço desculpa se não referi alguém, sabendo que, não foi por falta de importância.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira, pela dedicação e disponibilidade permanente no processo de investigação. Pelo seu vasto conhecimento na temática das ciências sociais, mais propriamente na área da comunicação social.

Ao meu co-orientador, Professor Doutor José Fontes, por toda a disponibilidade e apoio ao longo da investigação, e pela facilidade no que diz respeito à obtenção dos contactos para a realização das entrevistas.

Ao meu diretor de curso, Major de Infantaria Oliveira por todo o auxílio prestado na obtenção de documentos e de contactos para a realização da investigação.

A todos os jornalistas, que abdicaram do seu precioso tempo para me apoiarem na parte prática da investigação através das entrevistas, tornando esta investigação mais produtiva: Jornalista Cândida Pinto, Jornalista Aurélio Faria, Jornalista Pedro Freitas, Repórter de Imagem José Silva, Jornalista Duarte Valente e Jornalista Armando Seixas Ferreira.

Ao atual Porta-voz do Exército Tenente-Coronel Góis Pires, ao Tenente-Coronel Fernando Gonçalves e ao Tenente-Coronel Brito Teixeira pela disponibilidade e pela colaboração através de entrevistas.

À minha família, a quem devo tudo o que sou hoje, pelos longos tempos de ausência a que a distância me obrigou, mas que mesmo assim sempre estiveram presentes e me deram o seu apoio.

Ao meu curso de Infantaria, por estes últimos cinco anos de vida, pela amizade e pelas experiências partilhadas que a minha memória manterá para sempre presente.

A todos vós um muito obrigado!

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada está subordinado ao tema “*A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria*”. Teve como objetivo geral descrever a integração dos jornalistas em operações das Forças Nacionais Destacadas e captar elementos relevantes para a potencialização das missões operacionais das unidades de Infantaria. Para a concretização deste o objetivo, delimitou-se o trabalho ao Teatro de Operações do Kosovo (1999-2014).

A investigação adota uma perspetiva descritiva, com base em metodologias qualitativas, designadamente análise de documentos disponíveis e envolve técnicas padronizadas de recolha direta de informação. Foram aplicados inquéritos por entrevista a três militares, nomeadamente ao atual porta-voz do Exército e aos comandantes das forças militares portuguesas em 2013 e 2014, e a oito jornalistas que acompanharam os militares portugueses no Kosovo de 1999 a 2014. O método de abordagem utilizado na investigação é o hipotético-dedutivo. Para tal, foram elaboradas hipóteses de investigação, que são respostas provisórias ao problema, que no final do processo de investigação vão ser confirmadas ou refutadas, com o intuito de atingir o objetivo principal da investigação e por fim responder à questão central.

Os resultados indicam que, o Exército tem evoluído positivamente na relação que mantém com os Órgãos de Comunicação Social, especificamente no Teatro de Operações do Kosovo. Contudo, verifica-se ainda resíduos de desconfiança de parte a parte, relativamente a informações que são mantidas em confidencialidade pelos militares. Consequentemente, esta salvaguarda da informação causa alguma consternação nos Órgãos de Comunicação Social, ou até mesmo desentendimentos entre estes e os militares, por ambicionarem o acesso a certas informações.

Dos resultados conclui-se que o respeito mútuo, a responsabilidade, a honestidade são elementos importantes, já que eliminam na sua maioria a falta de credibilidade que poderá haver entre as duas partes. Valoriza-se igualmente a existência de disciplina e de um conjunto de regras pelas quais os jornalistas se devem reger, quando estão integrados com forças militares em Teatros de Operações. Isto para permitir salvaguardar tanto a

segurança destes como a dos militares e para o êxito da atividade operacional. Deste modo, realça-se a importância de reforçar o investimento em ações de formação que promovam o intercâmbio entre os militares e os jornalistas para desenvolver uma melhor percepção das limitações e as possibilidades de cada um no Teatro Operações em que vão interagir.

Palavras-chave: Campo militar, Campo jornalístico, Jornalistas incorporados, Jornalistas não incorporados.

Abstract

The present Applied Research Work is subordinated to the theme: “The integration of professional media in tactical missions of the infantry unit”.

It had as its general objective to describe the integration of journalists in operations carried National Forces Deployed and to capture the relevant elements for the empowerment of the operational missions of the infantry units. To fulfil the objective, the existent theoretical investigation is applied to the practical case of the Kosovo Operations Theatre (1999/2014).

This is a theme with interest to the institution, given the utility for the Army and also because it is in the spotlight nowadays, as well as the curiosity that it awoke in myself.

The investigation had as its foundation, the descriptive nature study, based in qualitative methodologies, such as analysis available documents and evolves standard techniques in the direct gathering of information. Inquiries by interview were applied to three military officials, namely the spokesman for the army, and the commanders of the Portuguese Military Forces in 2013 and 2014, and to eight journalists that accompanied the Portuguese military in Kosovo from 1999 until 2014. The method of approach used in the investigation is the hypothetical-deductive. For that purpose, investigation hypothesis were elaborated, which are provisory answers to the problem, that in the end of the investigation process will be confirmed or refuted, with the objective of reaching the main objective of the investigation, and lastly answer the main question.

The obtained results indicate that, nowadays the Army has been evolving positively in the relation with the media, specifically in Kosovo Operation Theatre. However, there are still remnants of distrust form either part, relative to information that are kept in confidentiality by the military. Consequently, this safekeeping of information causes some constraint in the media, or even misunderstandings between them and the military, because of the ambition of the access to certain information.

From the results it is concluded that mutual respect, responsibility, honesty are important elements, since they eliminate in its majority the lack of credibility that can be present between the two parts. The existence of discipline and a number of rules through

which the journalists should abide by, when embedded with Military Forces in Operations Theatres. This so that the safety of the journalists and the success of the operational activities can be safeguarded. This way, it would be truly important a greater investment in the training that allowed military and journalists in confrontation and took them into realising the limitations and the possibilities of either of them in the Operation Theatre in which they are going to interact.

Keywords: Military field, Journalistic Field, Embedded Journalists, Not embedded Journalists

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	vi
Índice Geral.....	viii
Índice de Figuras	xi
Índice de Tabelas	xii
Lista de Apêndices e Anexos.....	xiv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xv
Capítulo 1 - Introdução.....	1
1.1. Enquadramento/Contextualização da investigação	1
1.2. Importância da investigação	2
1.3. Definição dos objetivos	3
1.4. Pergunta de partida e perguntas derivadas	3
1.4.1. Hipóteses.....	4
1.5. Metodologia.....	4
1.6. Estrutura do trabalho	5
Capítulo 2 - Revisão da Literatura – Estado da arte	7
2.1. Conceito de Campo	7
2.2. Relação entre o Campo Militar e o Campo Jornalístico	7
2.2.1. Campo jornalístico	9

2.2.2. Campo Militar	11
2.3. Formação dos militares e dos jornalistas	13
2.3.1. Qualificações dos jornalistas	13
2.3.2. Secção de Informações, Protocolo e Relações Públicas.....	15
2.4. Jornalistas incorporados vs jornalistas não incorporados	16
2.4.1. Experiência dos Estados Unidos da América.....	16
2.4.2. Experiência em Portugal	18
2.5. Proteção e sobrevivência dos jornalistas no TO	19
2.6. Breve síntese histórica do conflito do Kosovo	20
2.6.1. Participação Portuguesa no Kosovo e integração na <i>Kosovo Force</i>	22
2.6.2. A Relação do Exército Português com os jornalistas no Kosovo	23
Capítulo 3 - Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos	26
3.1. Metodologia de abordagem ao problema e justificação	26
3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados.....	27
3.3. Local e data da pesquisa e recolha de dados	28
Capítulo 4 - Trabalho de campo – Apresentação, análise e discussão dos resultados	30
4.1. Introdução.....	30
4.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados das entrevistas	30
4.2.1. Análise e discussão dos resultados à entrevista do Porta-voz do Exército	31
4.2.2. Análise e discussão dos resultados às entrevistas dos militares Comandantes da Força Militar no Kosovo em 2013 e 2014	33
4.2.3. Análise e discussão dos resultados às entrevistas dos jornalistas	37

Capítulo 5 - Conclusões e Recomendações	46
5.2 Respostas às perguntas derivadas e verificação das hipóteses	46
5.3 Resposta à questão central	49
 Referências Bibliográficas	 51
Apêndices.....	Ap - 1
Anexos.....	An - 1

Índice de Figuras

Figura n.º 1 - Modelo metodológico utilizado	2
Figura n.º 2 - Estrutura do trabalho	6
Figura n.º 3 – Localização geográfica do Kosovo.....	An C - 1
Figura n.º 4 - Nações que contribuem para a KFOR.....	An D - 1

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Locais e datas das entrevistas realizadas.....	29
Tabela 2 - Análise das respostas à questão C1	38
Tabela 3 - Análise das respostas à questão C2.....	39
Tabela 4 - Análise das respostas à questão C3.....	40
Tabela 5 - Análise das respostas à questão C4.....	41
Tabela 6 - Análise das respostas à questão C5.....	42
Tabela 7 - Análise das respostas à questão C6.....	43
Tabela 8 - Análise das respostas à questão C7.....	44
Tabela 9 - Análise das respostas à questão C8.....	45
Tabela 10 - Caracterização dos entrevistados	Ap A - 1
Tabela 11 - Codificação alfanumérica da entrevista ao atual Porta-voz do Exército.....	Ap E - 1
Tabela 12 - Codificação alfanumérica às entrevistas dos Comandantes da Força Militar no Kosovo em 2013 e 2014	Ap E - 2
Tabela 13 - Codificação alfanumérica das entrevistas aos jornalistas.....	Ap E - 4
Tabela 14 - Análise de conteúdo da questão A1	Ap F - 1
Tabela 15 - Análise de conteúdo da questão A2	Ap F - 1
Tabela 16 - Análise de conteúdo da questão A3	Ap F - 1
Tabela 17 - Análise de conteúdo da questão A4	Ap F - 2
Tabela 18 - Análise de conteúdo da questão A5	Ap F - 2
Tabela 19 - Análise de conteúdo da questão A6	Ap F - 2
Tabela 20 - Análise de conteúdo da questão A7	Ap F - 2
Tabela 21 - Análise de conteúdo da questão A8	Ap F - 3
Tabela 22 - Análise de conteúdo da questão B1	Ap G - 1
Tabela 23 - Análise de conteúdo da questão B2	Ap G - 1
Tabela 24 - Análise de conteúdo da questão B3	Ap G - 1
Tabela 25 - Análise de conteúdo da questão B4	Ap G - 2

Tabela 26 - Análise de conteúdo da questão B5	Ap G - 2
Tabela 27 - Análise de conteúdo da questão B6	Ap G - 2
Tabela 28 - Análise de conteúdo da questão B7	Ap G - 2
Tabela 29 - Análise de conteúdo da questão B8	Ap G - 3
Tabela 30 - Análise de conteúdo da questão B9	Ap G - 3
Tabela 31 - Análise de conteúdo da questão C1	Ap H - 1
Tabela 32 - Análise de conteúdo da questão C2	Ap H - 1
Tabela 33 - Análise de conteúdo da questão C3	Ap H - 2
Tabela 34 - Análise de conteúdo da questão C4	Ap H - 2
Tabela 35 - Análise de conteúdo da questão C5	Ap H - 3
Tabela 36 - Análise de conteúdo da questão C6	Ap H - 3
Tabela 37 - Análise de conteúdo da questão C7	Ap H - 3
Tabela 38 - Análise de conteúdo da questão C8	Ap H - 4

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices.....	Ap - 1
Apêndice A - Amostragem das entrevistas	Ap A - 1
Apêndice B - Guião de entrevista ao Porta-voz do Exército.....	Ap B - 1
Apêndice C - Guião de entrevista aos militares Comandantes da Força Militar no Kosovo em 2013 e 2014	Ap C - 1
Apêndice D - Guião de entrevista para jornalistas	Ap D - 1
Apêndice E - Codificação Alfanumérica das entrevistas	Ap E - 1
Apêndice F - Análise de conteúdo das respostas ao Porta-voz do Exército	Ap F - 1
Apêndice G - Análise de conteúdo das respostas aos militares Comandantes da Força Militar no Kosovo em 2013 e 2014	Ap G - 1
Apêndice H - Análise de conteúdo das respostas aos jornalistas	Ap H - 1
 Anexos.....	 An - 1
Anexo A - Código Deontológico do Jornalista	An A - 1
Anexo B - Declaração Universal dos Direitos Humanos	An B - 1
Anexo C - Localização geográfica do Kosovo.....	An C - 1
Anexo D - Nações que contribuem para a KFOR	An D - 1

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A	
AM	Academia Militar
C	
CB	Campo de Batalha
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CI	Comunidade Internacional
CIM	Célula de Informações Militares
CJZC	Curso de Jornalistas em Zona de Conflito
Cmd	Comando
Cmdt	Comandante
CPCI	Curso de Promoção a Capitão de Infantaria
CTOE	Centro de Tropas de Operações Especiais
D	
DCOM	<i>Deputy Commander</i>
DOE	Destacamento de Operações Especiais
E	
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
F	
FA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada
I	
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
K	
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KLA	<i>Kosovo Liberation Army</i>
KLA	<i>Kosovo Tactical Manoeuver</i>
L	
LDK	Liga Democrática do Kosovo
O	
OCS	Órgãos de Comunicação Social
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Opinião Pública
OTAN	Organização do Tratado Atlântico

	Norte
P	
PAG	<i>Public Affairs Guidance</i>
R	
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RCRPP	Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
RDM	Regulamento de Disciplina Militar
RTP	Rádio e Televisão Portuguesa
S	
SIPRP	Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas
T	
TACP	Destacamento de Controlo Aéreo-Tático
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TCor	Tenente-Coronel
TO	Teatro de Operações

Capítulo 1

Introdução

1.1. Enquadramento/Contextualização da investigação

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) insere-se na estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar (AM), a fim de obter o grau de Mestre no curso de Ciências Militares na Especialidade de Infantaria.

Este trabalho, intitulado “A integração de profissionais dos OCS nas missões táticas das unidades de Infantaria” tem como objetivo descrever a integração dos jornalistas em operações das Forças Nacionais Destacadas (FND) e captar elementos relevantes para a potencialização das missões operacionais das unidades de Infantaria.

Verificando que o RCFTIA constitui o culminar da formação dos futuros Oficiais do Exército, iniciada na AM, procurou-se escolher um tema com utilidade para a instituição. Deste modo a importância do tema, reflete-se no interesse que tem para o Exército e pelo seu cariz atual, assim como pela curiosidade que despertou na minha pessoa.

O presente capítulo faz o enquadramento e a justificação do tema, apresenta a pergunta de partida e perguntas derivadas. Também expõe, o objetivo geral e os objetivos específicos, descreve a metodologia e o modelo metodológico utilizado ilustrado na Figura n.º 1. Finalmente, é feita uma síntese dos três capítulos que compõem este trabalho.

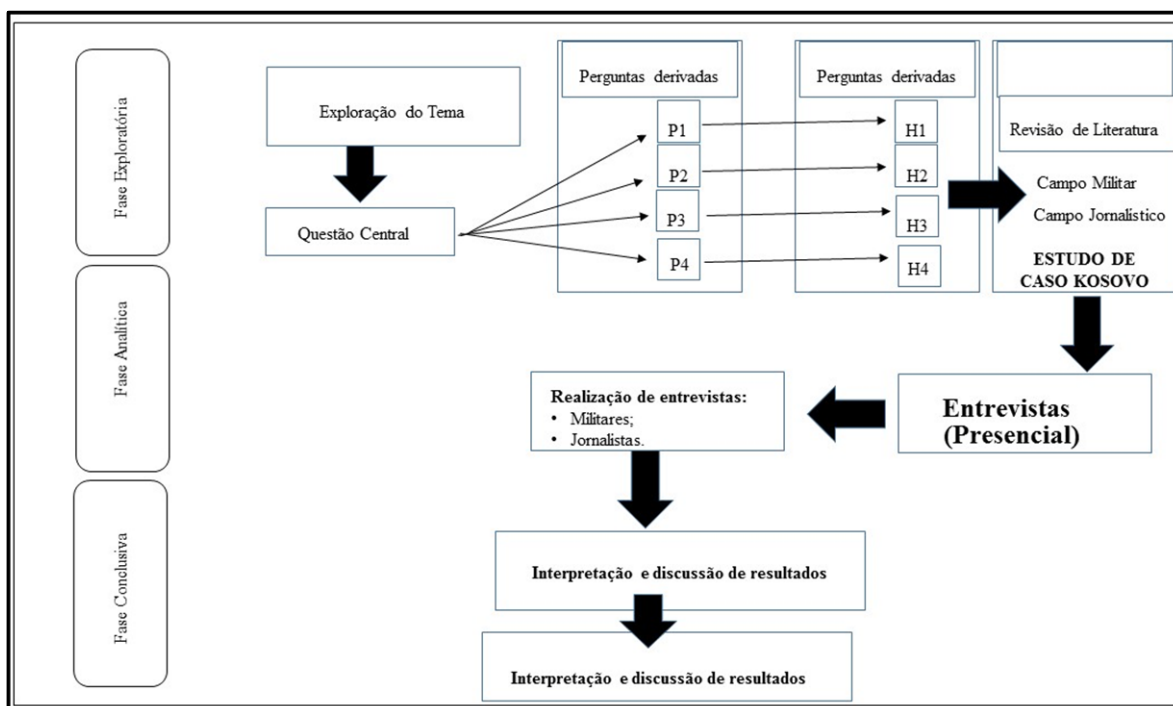


Figura n.º 1 - Modelo metodológico utilizado

O modelo metodológico adotado pretende assim descrever a integração de profissionais dos OCS em operações das Forças Nacionais Destacadas (FND), concretamente no Teatro de Operações¹ (TO) do Kosovo durante o período de 1999 a 2014.

1.2. Importância da investigação

A cobertura mediática dos acontecimentos num TO assume muita importância, pelo que nesses contextos, a presença dos profissionais do jornalismo, o trabalho que desenvolvem, a sua integração e o relacionamento com as forças militares são aspetos a considerar no planeamento, conduta e rotação das missões.

¹ O Teatro de Operações “é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate. Teatros de operações diferentes no mesmo teatro de guerra serão, normalmente, separados geograficamente e centrar-se-ão em diferentes forças inimigas. Os teatros de operações têm espaço suficiente para permitir operações durante períodos de tempo prolongados.” (Exército Português, 2005, p. 1-7).

Assim, neste o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) propõe-se fazer o levantamento atualizado das condições e implicações respeitantes à integração de jornalistas em operações das FND. Pretende-se identificar potencialidades e vulnerabilidades, que podem surgir das relações entre os repórteres integrados nas Forças e os militares, e em que medida estas podem contribuir para as missões das unidades de Infantaria.

Os resultados do trabalho a desenvolver conduzirão a uma síntese de procedimentos e de experiências, com base nas quais se procurará identificar boas práticas no relacionamento entre jornalistas e militares e captar elementos conducentes à potenciação das missões operacionais das unidades de Infantaria.

1.3. Definição dos objetivos

O objetivo geral é descrever a integração dos jornalistas em operações das FND e captar elementos relevantes para a potencialização das missões operacionais das unidades de Infantaria. Como objetivos específicos pretende-se:

- Descrever e analisar o estado atual das relações entre os jornalistas e o Exército, à luz das missões operacionais que são desempenhadas pelas unidades de Infantaria nos TO em que estão integradas;
- Descrever e analisar a perceção dos jornalistas sobre a sua integração nas missões operacionais;
- Descrever e analisar as modalidades e práticas de comunicação entre jornalistas e militares das unidades de Infantaria;
- Identificar boas práticas suscetíveis de potenciar o bom relacionamento entre militares e jornalistas no âmbito das missões operacionais.

1.4. Pergunta de partida e perguntas derivadas

Em consonância com o objetivo deste trabalho foi elaborada a seguinte pergunta de partida: **“Como otimizar o relacionamento com os jornalistas no âmbito das missões operacionais das unidades de Infantaria?”**

Com vista a responder a esta pergunta, foram elaboradas as seguintes perguntas derivadas que, uma vez respondidas, permitem dar resposta à pergunta de partida. Importa salientar, ainda, que associada a cada pergunta derivada foram colocadas hipóteses de resposta.

Pergunta derivada 1: Qual o estado atual das relações entre os jornalistas e o Exército?

Pergunta derivada 2: Qual a perceção dos jornalistas sobre a sua integração nas missões operacionais?

Pergunta derivada 3: Como se processam, que rotinas se estabelecem nas formas de comunicação entre jornalistas e os militares da arma de Infantaria?

Pergunta derivada 4: Que ações se podem desenvolver no âmbito do relacionamento entre militares e jornalistas de forma a potenciar as missões operacionais das unidades de Infantaria?

1.4.1. Hipóteses

Hipótese 1: As relações entre o Exército e os jornalistas tem vindo a melhorar consideravelmente ao longo dos tempos.

Hipótese 2: A integração dos jornalistas nas missões operacionais é descrita com alguma desconfiança dependendo das situações.

Hipótese 3: As rotinas que se estabelecem dependem das situações e processa-se quer presencialmente através de *briefings*, entrevistas, conversas informais, quer à distância através de telefone, fax e/ou por *e-mail*.

Hipótese 4: O estabelecimento de um código de conduta tanto para os militares como para os jornalistas, destinado a explanar as limitações e possibilidades de cada um, de acordo com o TO em que estão inseridos, pode constituir uma boa prática no sentido de potenciar as missões.

1.5. Metodologia

A bibliografia que foi consultada, inclui, obras de referência, artigos científicos, livros, monografias, teses de doutoramento, dissertações de mestrado e documentos do
A INTEGRAÇÃO DE PROFISSIONAIS DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS MISSÕES TÁTICAS DAS UNIDADES DE INFANTARIA

Exército, com o fim último de compilar os conceitos basilares necessários para construir a sustentação teórica do trabalho. Procurou-se diferenciar alguns conceitos relativos ao campo jornalístico e ao campo militar, assim como compreender alguns dos aspetos do relacionamento entre ambos.

Através da análise destes conceitos pretendemos conduzir esta investigação para os aspetos fundamentais à consecução dos objetivos do presente TIA. Para cumprir os objetivos e responder às questões levantadas, propõe-se um estudo de natureza descritiva, com base em metodologias qualitativas, designadamente análise de documentos disponíveis e recolha direta de informação. As técnicas de recolha de informação utilizadas foram os inquéritos por entrevista, junto de militares de Infantaria e jornalistas envolvidos nos Teatros de Operações ou em ações de formação conjunta.

1.6. Estrutura do trabalho

A estrutura deste trabalho, como podemos observar na Figura n.º 2, é a aplicada nos trabalhos de investigação científica na AM, para isso foram seguidas as orientações relativas à NEP da AM. Podemos constatar que a estrutura do RCFTIA contempla no total cinco capítulos, incluindo a introdução, as conclusões e ainda duas partes gerais.

A primeira parte, que é constituída pelos capítulos um e dois, visa apresentar e enquadrar o tema deste trabalho do ponto de vista teórico, havendo uma abordagem dos conceitos que são importantes para a compreensão da investigação em causa e uma relação conceptual. O primeiro capítulo corresponde à introdução do trabalho, onde se expõe de uma forma geral o tema a tratar na investigação, assim como a justificação da sua escolha e da sua pertinência. O segundo capítulo condiz com a revisão da literatura, que como o nome indica é o capítulo onde se faz o levantamento do estado da arte. Por intermédio da recolha bibliográfica feita é possível avaliar conhecimentos e dar as orientações corretas para a recolha dos dados na parte prática do trabalho de investigação.

A segunda parte, que integra os capítulos três, quatro e cinco, corresponde ao trabalho de campo e às conclusões. O terceiro capítulo explana a metodologia e procedimentos utilizados, onde se identifica o tipo de estudo feito, a enumeração dos instrumentos utilizados e a metodologia a utilizar na recolha da informação. No quarto capítulo são apresentados e analisados todos os dados recolhidos nas entrevistas efetuadas.

Finalmente, no quinto e último capítulo faz-se a confrontação com parte teórica, são

confirmadas ou refutadas as hipóteses, e são respondidas as perguntas derivadas, assim como a questão central.

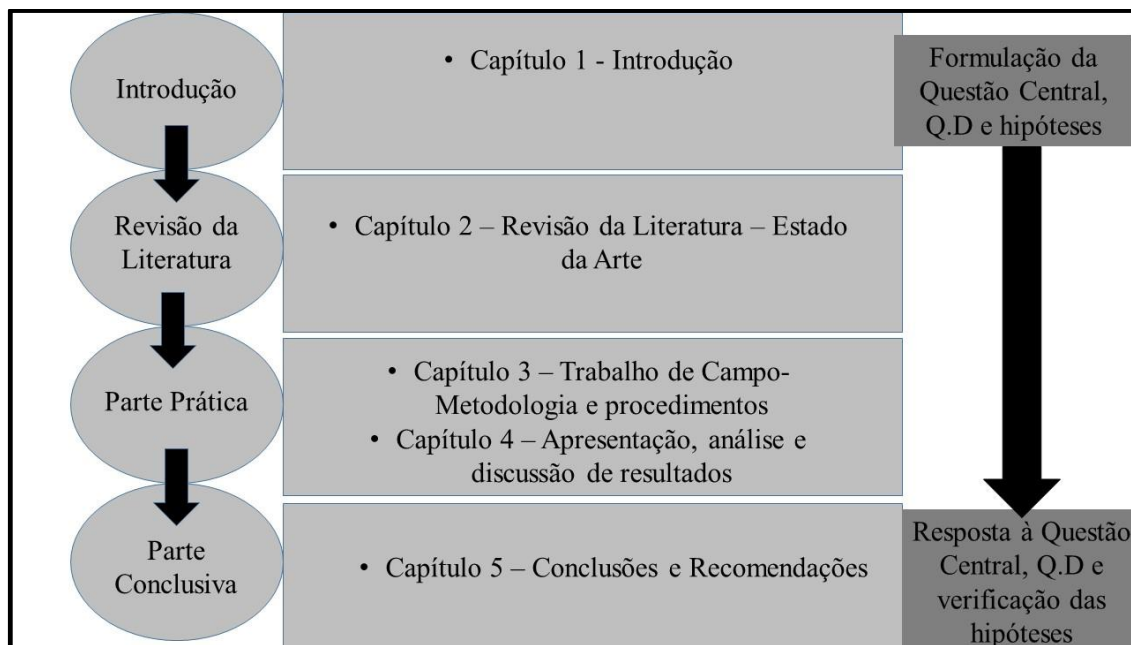


Figura n.º 2 - Estrutura do trabalho

Capítulo 2

Revisão da Literatura – Estado da arte

2.1. Conceito de Campo

O campo jornalístico e o campo militar representam duas organizações distintas de características próprias, que têm por base um conjunto de normas e valores específicos na forma como interatuam no seio da sua instituição e fora dela. Mesmo assim, mantêm uma relação constante, desempenhando cada um a sua função.

De acordo com DiMaggio e Powel (citado em Silva, Filho & Rossoni, 2006), o campo organizacional é definido como uma área reconhecida de atividade social ou económica, na qual os atores estabelecem relacionamentos entre si, causando a reconfiguração dos seus modelos de ação e a sua estrutura social. Já Pierre Bourdieu (citado em Moraes, 2007), relativamente à abordagem concetual de campo organizacional, diz que os campos têm as suas próprias normas, princípios e relações hierárquicas e que ambos são construídos por redes de relações ou de oposições entre os seus membros, os atores sociais. De acordo com Pierre Bourdieu (citado em Silva; Filho & Rossoni, 2006), no ambiente social os diferentes campos relacionam-se entre si.

Face ao exposto, podemos dizer que o campo jornalístico e o campo militar se relacionam e que originam espaços sociais mais abrangentes, com maior conexão, sendo influenciadores e influenciados em simultâneo.

2.2. Relação entre o Campo Militar e o Campo Jornalístico

O estudo da relação entre o Exército e a imprensa, revela-se da maior atualidade e com elevado sentido pedagógico, averiguando que nos dias que correm é cada vez mais comum que o trabalho dos militares seja dado a conhecer ao mundo civil.

Durante a investigação, o conceito de imprensa abordado é o que vem explanado na lei de imprensa, na alínea 1 do artº9 nº10/99 de 13 de Janeiro “todas as reproduções

impressas de textos ou imagens disponíveis ao público, quaisquer que sejam os processos de impressão e reprodução e o modo de distribuição utilizado.”.

A salvaguarda da informação por parte dos militares pode não ser bem compreendida por parte de quem tem o papel de informar, ou seja, os Órgãos de Comunicação Social (OCS)². De facto, existem situações em que os militares estão condicionados pela Lei³, no que diz respeito ao exercício do direito de expressão. No seio da instituição militar existem um conjunto de regras que regulamentam as relações com os OCS (Machado & Carvalho, 2004). O Exército mantém a relação com a imprensa através Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo (RCRPP) do Gabinete do General Chefe Estado-Maior do Exército. Deste modo, sempre que a imprensa pretende obter alguma informação sobre o Exército acerca de determinado assunto, ou quando quer visitar um quartel ou entrevistar um militar tem que entrar em contacto com essa secção. O contacto terá que ser feito na maior parte das vezes por intermédio de um documento escrito, ou caso seja um jornalista que trabalhe constantemente os assuntos militares, o contacto pode ser feito via telefónica e/ou via *e-mail*.

Importa salientar, que o contacto com a imprensa quer seja oralmente, quer seja por escrito, é sempre efetuado com a assistência do General Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) ou pelo chefe da SIPRP (Machado & Carvalho, 2004). Relativamente aos *press release*⁴ que são elaborados pela Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas (SIPRP), são analisados pelo chefe da SIPRP que apura se o texto carece de revisão pelo general CEME, ou é enviado diretamente para os OCS.

A informação pública nos principais cenários de conflitos recentes é vista de uma forma muito crítica. Isto porque toda a informação é tratada cuidadosamente e deve ser mantida num regime de confidencialidade. Assim, o acesso à informação em tempo oportuno, sobre os acontecimentos no TO é crucial para a tomada de decisão dos Comandantes e consequentemente no estado final do conflito. De outra forma, os media podem servir como meio essencial para o Comandante (Cmdt) comunicar com os públicos nacional e internacional e até com as famílias dos militares.

Não obstante, a presença dos OCS no TO e especialmente a disseminação de notícias relacionadas com as operações conduzidas pela Força Militar pode suscitar

²Os OCS são os meios que permitem a difusão de uma mensagem a uma audiência vasta e heterogénea, exemplo: Imprensa, Rádio e Televisão.

³ Lei a que se refere é a Lei de Defesa Nacional nº5/2014.

⁴ É uma ferramenta fundamental do trabalho de relações públicas. Baseia-se num comunicado feito por um indivíduo ou organização para a imprensa visando divulgar uma notícia ou um acontecimento, através do qual os jornalistas decidem se vão ou não divulgar certa notícia e como fazê-lo.

preocupação por parte do Exército. Com efeito, segundo Pereira (2005), a relação entre jornalistas e militares sempre foi complexa, devido às especificidades organizacionais e socioprofissionais, às características culturais e às mentalidades. Nas palavras do autor Pereira (2005, p.17) “Os jornalistas representam por princípio a abertura, o direito de questionar, o pluralismo - a própria essência da democracia. Os militares vivem sob o lema de regras e regulamentos, de disciplinas, de hierarquia, de uma cultura homogênea e fechada - se não algo hostil para os forasteiros.”

Porém, a necessidade de dar a conhecer, a todas as pessoas, as notícias que diariamente se passam no mundo, tem-se constituído num imperativo também ao nível do Exército. Convém salientar, que foi na Guerra da Crimeia, em 1854, que se fez pela primeira vez a cobertura através de repórteres de guerra. A cobertura era amadora: “Os melhores jornais pagavam aos soldados estacionados na frente para escreverem sobre as batalhas e os restantes jornais copiavam as notícias dos primeiros” (Sousa, 2008, p. 114).

A cobertura das guerras demonstraram o sofrimento e a dor, o que provocou consequências políticas e militares e aumentou, em certos momentos, a censura ao jornalismo, mas também suscitou o interesse dos leitores e fez aumentar as vendas (Sousa, 2008).

2.2.1. Campo jornalístico

O jornalismo assume uma posição de destaque na sociedade. Isto deve-se à força da sua influência na projeção dos acontecimentos na Opinião Pública (OP). Atualmente, com todo o avanço tecnológico, as grandes evoluções sociais e económicas, permitem que os satélites de comunicações e os computadores criem um movimento global de intercâmbio de ideias e de conhecimentos. A título de exemplo temos como referência a transmissão em direto da Guerra do Golfo em 2003. São todos estes instrumentos que permitem nos dias de hoje, a possibilidade de ver uma guerra ao vivo e a cores, sem necessitar de estar presente no próprio local (Santos, 2003 b). O aparecimento da rádio, da televisão e da *internet*, a chegada de novas tecnologias veio aumentar os meios de ação que os jornalistas têm à sua disposição para fazer chegar à sociedade o relato dos acontecimentos. Dada a função do jornalista de serem os produtores diretos da informação, estes assumem uma importância fulcral na imprensa (Machado & Carvalho, 2004).

De acordo com o Estatuto do Jornalista, na alínea 1 do artº1 da lei nº1/99 de 13 de janeiro, “São considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem, ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por outra forma de difusão eletrónica.”. Ao jornalista cabe conseguir o máximo de informação, para que depois passe por um processo de tratamento da mesma e se obtenha como produto final a notícia. Neste processo, os jornalistas regem-se por um conjunto de normas que guiam o exercício da sua atividade profissional, designado por Código Deontológico dos Jornalistas⁵.

O trabalho que o jornalista desenvolve é entendido como um fenómeno baseado numa relação de um-para-muitos, um transmissor para muitos recetores. Durante este processo de descrição de um acontecimento, em que o jornalista assume a função de transmissor, faz a interpretação pessoal e transmite-o a todos os recetores, que será o público em geral. Assim, esta análise subjetiva que é feita pelo jornalista acerca de um determinado acontecimento constitui uma realidade que vai ser partilhada com todos os que recebem a informação (Pina, 2005).

O acontecimento no discurso jornalístico é um instrumento de referência sobre o qual se fala. Nas palavras de Rodrigues “uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre mas que os factos são soberanos.” (Rodrigues, 2001, p. 98). Portanto, o trabalho jornalístico reflete o contexto da sua produção, pois quando um jornalista identifica que determinado acontecimento é considerado como sendo uma notícia séria, apoia-se na interpretação e na compreensão pessoal acerca do sucedido, (Rodrigues, 2001). Os inúmeros acontecimentos de guerra relatados por jornalistas confirmam, de acordo com as conclusões de outros investigadores, que mais do que fornecer informação nova e independente, as imagens são parte auxiliar de uma narrativa previamente interpretada de acordo com um quadro interpretativo pré-existente (Griffin, 2004). No processo de narração de um acontecimento as notícias definem e moldam esse acontecimento, pois sofrem interpretações por parte do jornalista (Tuchman, 2002).

Os jornalistas, porém tendem a assumir o seu trabalho na ótica do dever profissional de relatar o acontecimento, tal qual sucedeu. É o que se depreende das palavras de Luís

⁵ Ver Anexo A.

Castro⁶: “Não escolhi palavras bonitas para embelezar o texto. É meramente factual. O que aqui está, aconteceu. Mesmo.” (Castro, 2007, p. 16).

Os TO são para os OCS locais produtivos para obter notícias e quanto mais ao vivo e a cores melhor, (Grade, 2007). Mas, esses contextos de trabalho têm subjacente o risco que a obtenção de notícias envolve, na medida em que os jornalistas estabelecem contacto com as partes em conflito. A exposição aos perigos inerentes do Campo de Batalha⁷ (CB) torna-se assim acrescida quando os jornalistas reportam a partir do TO.

2.2.2. Campo Militar

O campo militar que aqui vou abordar é relativo ao ramo das Forças Armadas (FA), especificamente o Exército. De acordo com a Lei Orgânica do Exército, na alínea 1 do artº2 da lei nº250/14 de 29 de Dezembro, “ O Exército é o ramo que tem como missão participar de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças.”.

O Exército Português tem vindo ao longo dos tempos a caminhar para uma relação cada vez mais aberta com os OCS. Isto pode verificar-se, através do esforço dos militares no sentido de manter um contacto frequente com a comunicação social (Machado & Carvalho, 2004).

No entanto, a instituição militar, dependendo das situações, pretende salvaguardar informações consideradas matéria classificada, por outro lado os jornalistas têm o interesse de dar a conhecer os acontecimentos ao público em geral. Assim, enquanto os jornalistas têm o dever de informar, os militares têm a função de controlar esta informação com o objetivo de não chegarem testemunhos negativos à Opinião Pública (OP) (Loureiro, 2013).

De acordo com os 13 deveres militares que estão explanados no Regulamento de Disciplina Militar (RDM), o dever de sigilo referente ao artº21 do RDM, “consiste em

⁶ Luís Castro é jornalista da RTP desde 1992. Foi editor de Política, de Economia e Internacional na RTP-Porto e coordenador do programa de informação “Bom dia, Portugal”, da RTP-Lisboa. Ao serviço desta estação já cobriu dezasseis guerras ou situações de conflito, das quais se destacam Iraque, Afeganistão, Angola e Timor. É desde 2004, coordenador do “Telejornal”, da RTP.

⁷ O campo de batalha “inclui o ambiente, fatores e condições que os comandantes devem compreender para aplicar com sucesso o potencial de combate, para protegerem a força e cumprirem a missão. Engloba o espaço aéreo, terrestre, marítimo e espacial, as forças inimigas e amigas nele localizadas, as instalações, o clima e as condições meteorológicas, o terreno, o espectro eletromagnéticos e o ambiente de informação, envolvendo as áreas de operações e de interesse.” (Exército Português, 2005, p. 1-9)

guardar segredo relativamente a factos e matérias de que o militar tenha ou tenha tido conhecimento, nomeadamente os referentes ao dispositivo, à capacidade militar, ao equipamento e à atividade operacional das FA, que não devam ser do conhecimento público.”.

De acordo com Machado & Carvalho (2004) a liberdade de expressão dos militares portugueses está restringida pela Lei de Defesa Nacional. Podemos averiguar isso, uma vez que na lei de Defesa Nacional nas alíneas 1 e 2 do artº31, está explanado que os militares, “têm o direito de proferir declarações públicas sobre qualquer assunto, com a reserva própria do estatuto da condição militar, desde que as mesmas não incidam sobre a condução da política de defesa nacional, não ponham em risco a coesão e a disciplina das FA nem desrespeitem o dever de isenção política e sindical ou o apartidarismo dos seus elementos.”. Outras restrições dizem respeito ao dever de sigilo relativamente às matérias cobertas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado e, ainda, por quaisquer outros sistemas de classificação de matérias, e, ainda, quanto aos factos de que se tenha conhecimento, em virtude do exercício da função, nomeadamente os referentes ao dispositivo, à capacidade militar, ao equipamento e à atividade operacional das FA, bem como os elementos constantes de centros de dados e demais registos sobre o pessoal que não devam ser do conhecimento público.

Segundo Mesquita (citado em Coelho, 2012) os militares receiam que os meios de comunicação social tenham um papel dissolvente nos valores defendidos pela instituição militar. Isto torna os profissionais de comunicação social suspeitos no seio de uma instituição tão estruturada e hierarquizada como as FA e o Exército em particular.

Nestes termos, pela desconfiança, dúvida e incerteza por parte dos militares relativamente ao trabalho realizado pelos OCS, pode dizer-se que a relação entre o campo militar e o campo jornalístico é tendencialmente conflitual. Para fazer face a esta situação de eventual confrontação, tem-se depositado um enorme esforço para que a relação entre o Exército e os OCS melhore, contribuindo para a cimentação de uma relação mais aberta e respeitosa entre ambos.

Segundo Lopes (2011), tem-se procurado otimizar a relação dos militares com os jornalistas, garantindo que a instituição possa corresponder melhor às solicitações dos OCS.

Deste modo, o Exército mantém uma postura estratégica, quando entra em contacto com a imprensa. Para Santos (2003 a), essa postura consiste especialmente em prevenir a divulgação de informação incorreta que possa originar a necessidade de desmentidos.

Quanto à presença de jornalistas no TO, o mesmo autor refere que esta pode constituir uma vantagem para o próprio Exército.

2.3. Formação dos militares e dos jornalistas

2.3.1. Qualificações dos jornalistas

Em Portugal a regularidade com que os jornalistas tratam assuntos no âmbito militar, relativos à Defesa Nacional, englobando o Exército, é muito reduzida (Machado & Carvalho, 2004).

De acordo com Machado & Carvalho (2004) o pouco investimento do jornalismo no campo militar, é causado pelo facto de os profissionais dos OCS que acompanham os assuntos militares também terem sobre a sua alçada outros assuntos relativos a relações internacionais, segurança interna e serviços de segurança. Devido à panóplia de matérias que são atribuídas a estes jornalistas, entre as quais de conteúdo estritamente militar, os assuntos que dizem respeito ao Exército em particular, não adquirem especial atenção.

O que se passa em Portugal, relativamente à pouca formação dos jornalistas para lidar com assuntos militares, é uma realidade que tem melhorado consideravelmente. Entre outras razões, há que mencionar os cursos ministrados no Centro de Instrução de Operações Especiais⁸, em 1995, 2002 e 2003. Consistiram em três ações com a duração de uma semana cada, apoiadas pela SIPRP, com a finalidade de incutir nos jornalistas, técnicas e procedimentos a ter em conta, quando fazem uma reportagem num determinado TO (Machado & Carvalho, 2004).

Outras iniciativas têm vindo a ser implementadas, como é o caso do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas, realizado no âmbito de uma parceria entre o Sindicato dos Jornalistas, do Instituto de Defesa Nacional (IDN) e do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. De acordo com IDN (2012) este curso tem como finalidade proporcionar conhecimentos e fomentar a reflexão e o debate a jornalistas, sobre os principais temas e problemas da segurança, defesa nacional e internacional na atualidade, bem como o papel de Portugal no contexto dos mesmos. Os objetivos visam promover o

⁸ Atual CTOE, Centro de Tropas de Operações Especiais.

conhecimento das questões em matéria de segurança e de defesa e potenciar a consciencialização dos jornalistas para as questões da segurança e de defesa, de forma a permitir uma informação mais consistente nestes domínios e que potencie parâmetros de decisão política mais sustentada.

Outro curso que tem contribuído para a qualificação dos jornalistas relativamente a uma maior proteção quando se encontram a desempenhar funções no TO é o Curso de Jornalistas em Zonas de Conflito (CJZC). Desde 2006, este curso tem sido ministrado ao longo de vários anos. Tem o propósito de dar as valências necessárias aos seus profissionais para desempenharem o seu papel o melhor possível, quando estão em locais de conflito. A Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) estabeleceu uma parceria com o Exército Português no sentido de preparar adequadamente os seus profissionais. De uma forma geral os objetivos deste tipo de cursos, visam aumentar a capacidade de sobrevivência em zonas de conflito, através da aprendizagem das características inerentes ao moderno ambiente operacional, do conhecimento sobre o equipamento e armamento mais frequente no TO, primeiros socorros, gestão do *stress* e orientação.

De acordo com Macedo (2009) o já citado curso está subdividido em três fases: i) a primeira fase consiste numa ação de formação em *Media Training* destinada aos Oficiais que frequentaram o Curso de Promoção a Capitão de Infantaria (CPCI) em 2009, cujo objetivo era familiarizar os oficiais com as câmaras de televisão, através de uma formação, que englobava uma componente teórica e outra prática; ii) a segunda fase compreende um *workshop* na Tapada Militar⁹ que foi devidamente planeado, organizado e conduzido pela então Escola Prática de Infantaria (EPI) e coordenado com a Direção de Formação da RTP. Esta segunda fase da ação de formação era constituída por doze formandos, todos eles jornalistas da RTP, do Jornal Público e da Agência Lusa. Outros intervenientes foram os formandos do CPCI, militares da EPI, da Brigada Mecanizada e do Regimento de Lanceiros nº2, que contava com a Equipa Cinotécnica e Controlo de Tumultos. O principal objetivo foi instruir os jornalistas a atuar em situações *embedded*¹⁰, principalmente quanto à atuação da Imprensa, da Rádio e da Televisão quando estão integrados no seio de uma força militar num TO; iii) por fim uma terceira fase que consistia numa palestra sobre terrorismo nas instalações da RTP. Quem teve a missão de conduzir esta palestra foi o CTOE, que teve como objetivo dar a conhecer a perspetiva do terrorismo à escala global,

⁹Situa-se na atual Escola das Armas na vila Mafra, antes designada por Escola Prática de Infantaria (EPI).

¹⁰Incorporado - termo adotado para Português e adotado ao longo do trabalho.

alertar para os perigos inerentes a estas ações no terreno, e identificar as medidas que estão a ser tomadas a nível nacional e internacional, de forma a minorar esta ameaça.

Relativamente a estas formações, Carlos Santos Pereira refere na entrevista feita por Gurgel & Raquel (2014) que é uma motivação para os militares frequentarem estes cursos, porque é uma inovação na formação deles e na sua carreira. Estas experiências, entre os militares e os jornalistas, permite saber quais as obrigações, os deveres e regras que ambos devem adotar quando estão a efetuar o trabalho específico inerente a cada um deles.

A propósito da formação de repórteres de guerra, Grade (2007, p. 1) refere que “Hoje em dia, como sempre, só os melhores sobrevivem, por isso é preciso fazer cada vez mais e melhor, o que na maior parte dos casos significa correr mais riscos.”. Portanto, estes cursos visam aumentar o conhecimento acerca das características do ambiente operacional¹¹ em que ficam inseridos, tais como: o equipamento, o armamento, conhecimentos sobre primeiros socorros, técnicas de gestão de *stress*, orientação, e ter em atenção os hábitos e costumes característicos do local em conflito (Grade, 2007).

2.3.2. Secção de Informações, Protocolo e Relações Públicas

A SIPRP é a principal secção do Exército Português que assume um contacto mais frequente com os OCS. Compete à SIPRP, preparar e difundir a informação interna e externa, bem como, coordenar e apoiar as atividades de relações públicas dos comandos subordinados, contactar com os OCS, difundir comunicados de imprensa, palestras, organização de exposições, supervisionar a atualização da página de *internet* de acordo com as orientações do CEME.

Anteriormente, até 1998, todos os anos a SIPRP enviava oficiais para frequentarem um curso, de curta duração, sobre informação pública no comando da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)¹², na Bélgica. Do mesmo modo, em 1999, um oficial da SIPRP frequentou um curso de comunicação social, este já por um período de tempo mais longo, ministrado pelo Exército Brasileiro (Machado & Carvalho, 2004).

¹¹O ambiente operacional é o local onde “decorrem as campanhas militares constitui uma noção elementar da ciência militar determinante do enquadramento e do modo como se devem empregar os meios disponíveis.” (Exército Português, 2005, p. 2-1).

¹² Ainda que esta seja a designação utilizada em português, importa frisar que o termo mais comum é *North Atlantic Treaty Organization* (NATO).

Casualmente, alguns oficiais da SIPRP frequentaram cursos ligados a esta área, porém nenhum deles se mantém atualmente na efetividade de serviço na SIPRP. É assim evidente a falta de formação dos militares em matérias de comunicação. A forma como se tem corrigido estas falhas é através da experiência do dia-a-dia, a assistência a seminários e a conferências, como no caso dos CJZC e através da partilha de informações que cada militar quando cessa funções deixa a quem o substitui (Machado & Carvalho, 2004).

A propósito de uma formação dada a jornalistas e a militares em 2005 e 2006, no entendimento de Macedo (2009, p. 72) “Os ensinamentos transmitidos, essencialmente práticos, impõem-se como fundamentais para os militares do Exército, que cada vez mais são chamados a desempenhar missões externas (mas também em território nacional), com a consequente maior probabilidade de ter que falar para as câmaras de televisão.” Esta afirmação revela que cada vez mais a exposição e a necessidade de a instituição militar dar a conhecer o seu trabalho é maior.

2.4. Jornalistas incorporados vs jornalistas não incorporados¹³

2.4.1. Experiência dos Estados Unidos da América

O conceito de jornalista incorporado, surgiu em 2003 nos Estados Unidos da América (EUA) aquando da preparação para a invasão do Iraque (Loureiro, 2013). O que se pretendia com a incorporação destes jornalistas no seio das unidades militares, era fazer com que os jornalistas apresentassem o lado heroico, profissional e humano dos militares (Fahmy & Johnson, 2007).

Para que estivessem aptos a acompanhar as forças militares, os intervenientes teriam de se sujeitar a um treino militar específico, estavam proibidos de fazer qualquer descrição sobre o local onde se encontravam e não tinham autorização para transportar armas ou utilizar o seu veículo pessoal. Além disso as reportagens dos jornalistas eram alvo de uma censura militar prévia. Os oficiais faziam uma revisão do trabalho feito pelos jornalistas, para que tivessem a certeza de que a segurança da missão não era colocada em

¹³ Termo utilizado em português e adotado ao longo do trabalho, no entanto o termo mais comum em inglês é *not embedded*.

causa. De acordo com Pentágono (2004) todas estas condições estavam explanadas no *Public Affairs Guidance*¹⁴ (PAG).

De acordo com Workman, jornalista americano, (citado em Loureiro, 2013) o papel desta comunicação incorporada dos jornalistas permite que a guerra seja “coberta...por um grupo de imprensa que dorme com o vencedor”¹⁵. Esta alusão remete para os problemas da proximidade entre jornalistas e militares, que acaba por acontecer no decurso da convivência contínua durante a incorporação, e as possíveis consequências quanto ao dever do rigor e da isenção noticiosa. Com efeito, além de jornalistas e militares viverem as mesmas experiências durante dias, ficam dependentes dos militares para a sua sobrevivência, transporte, alimentação e proteção, o que pode suscitar menor objetividade nas notícias de guerra.

Da avaliação final feita após a cobertura da invasão do Iraque em 2003, Smith (2003), jornalista, editor e locutor de rádio do *The New York Times*, *CBS News* e *PBS*, respetivamente, constatou que foi uma experiência enriquecedora e positiva, dizendo que será uma estratégia nas guerras do futuro. “Foi o aspeto mais inovador da cobertura da segunda Guerra do Golfo (...) um novo padrão foi definido para reportagem de guerra. É impossível imaginar uma campanha militar dos EUA no futuro, sem repórteres na linha de frente”¹⁶ (Smith, 2003, p. 26).

Em contrapartida, Friedman, (citado em Loureiro, 2013), entendeu que a incorporação dos jornalistas em unidades militares foi um retrocesso face à Guerra do Vietname, pois foi revelado apenas uma pequena parte do conflito. Convém salientar, que apesar deste processo de incorporação de jornalistas em unidades militares, também houve quem tivesse feito uma cobertura independente, adotando a postura de jornalista não incorporado, permitindo-lhe assim uma maior liberdade de movimentos.

A diferença do jornalismo não incorporado para o jornalismo incorporado, é que o primeiro cobre histórias mais variadas. Dada a liberdade de movimentos que tem, porque não está inserido em nenhuma força militar, faz relatos sobre civis, difunde imagens de feridos e escreve sobre a reconstrução do pós-guerra, aspetos que não fazem parte da cobertura efetuada pelo jornalista incorporado (Loureiro, 2013).

¹⁴ Documento lançado em 2004 pelo Pentágono com as políticas e os procedimentos para a incorporação dos meios de comunicação social em unidades militares.

¹⁵ Tradução própria. Citação original “*covered...by a press corp that’s sleeping with the winner*”.

¹⁶ Tradução própria. Citação original “*The most innovative aspect of the coverage of the second gulf war...a new standard was set for war reporting. It is impossible to imagine a future U.S. military campaign without reporters embedded in frontline units*”.

2.4.2. Experiência em Portugal

Os repórteres Luís de Câmara dos Reyes, correspondente do jornal *A Capital* em Berlim, Arnaldo Fraga do *Primeiro de Janeiro*, Xavier Carvalho do *Jornal de Notícias* e Paulo Osório do jornal *O Século* foram os primeiros portugueses a fazer a cobertura da guerra, por ocasião da I Guerra Mundial. Desde então, foram muitos os jornalistas portugueses que cobriram cenários de conflito, sendo o número de baixas nulo até à atualidade. Contudo ocorreram alguns incidentes como sequestros, agressões ou humilhações (Loureiro, 2013).

Em Portugal, existe um pequeno grupo de profissionais do campo jornalístico que regularmente é selecionado para fazer a cobertura de conflitos armados. A estratégia do Exército Português é fazer uma adaptação do conceito *embedded* americano, isto porque a incorporação de jornalistas portugueses em forças militares de outros países é feita geralmente no CB. De acordo com Loureiro (2013) a incorporação quando é feita em Forças Militares portuguesas implica vários relatos de acordo prévio.

Segundo Carlos Santos Pereira (citado em Loureiro, 2013) foi a experiência da operação militar, *Joint Endeavour* em 1996, na Bósnia que se tornou um marco no acompanhamento e atenção que os OCS passaram a dedicar às operações conduzidas por militares portugueses. Durante as semanas iniciais, a imprensa portuguesa deu uma importância ao Exército como nunca se havia constatado. Refira-se, a título de exemplo que, os meios de comunicação como a TSF, RTP e RDP estiveram no conflito constantemente.

A presença dos jornalistas nos Balcãs representa assim uma experiência sem precedentes para os jornalistas portugueses, tendo conduzido os militares e os repórteres a manterem uma relação muito mais próxima. A partir de 1997, os militares enviados para a Bósnia tinham um desembaraço maior com assuntos relativos à informação pública, em grande medida graças às orientações e conceções da OTAN em matéria da comunicação.

Seguidamente, no Kosovo constatou-se a participação ativa da imprensa regional na cobertura de conflitos, isto foi consequência da SIPRP incentivar as forças ainda em preparação em território nacional, a manterem contacto com os jornalistas das respetivas regiões (Machado & Carvalho, 2004).

2.5. Proteção e sobrevivência dos jornalistas no TO

A proteção dos jornalistas no campo de batalha é muito relativa, pois tendo todas as condições de um ambiente de conflito o perigo é sempre iminente. Trata-se de um cenário em que as fugas, tiroteios, explosões e situações limite são os acontecimentos normais do dia-a-dia de um jornalista numa zona de conflito (Loureiro, 2013).

Luís Castro refere numa entrevista dada à revista *Notícias TV*, que “em televisão temos de estar lá, onde se mata, onde se morre, onde cheira a pólvora.”, (Gurgel & Costa, 2014). Esta é uma expressão que transmite exatamente as situações de risco a que os jornalistas são confrontados em teatros de guerra.

Alguns jornalistas afirmam que se sentem protegidos com a ajuda dos militares, contrariamente outros jornalistas que referem que a proteção numa guerra não existe. Por exemplo Luís Castro (citado em Loureiro, 2013) refere que a proteção em cenário de conflito não é totalmente possível e reforça dizendo, que ao contrário do soldado que tem várias armas o jornalista apenas tem ao seu alcance a caneta.

A incerteza e a imprevisibilidade são palavras de ordem de quem está inserido num teatro de guerra. Cândida Pinto frisa numa entrevista ao *Diário de Notícias* que jornalistas altamente experientes têm perdido a vida em situações que pareciam estar minimamente controladas. Portanto é necessário ter em mente, que apesar de todo o treino, de toda a experiência a segurança é um dos aspetos que nunca se deve descuidar, porque num ambiente hostil em que o perigo iminente é característico toda a segurança é pouca, e devemos estar sempre com a máxima concentração naquilo que pode acontecer.

No passado os jornalistas, aprendiam como atuar nos conflitos ouvindo conselhos dos que por lá já tinham passado. Atualmente, como antes se referiu, os cursos de formação, que têm sido ministrados aos jornalistas, tem-lhes conferido uma formação melhor e mais adequada à atuação num cenário de conflito. Portanto, podemos verificar que atualmente existe um esforço em receber e dar formação adequada aos jornalistas, de modo a contribuir para a sua sobrevivência no ambiente deste tipo.

Joana Latino¹⁷ (citada em Gurgel & Costa, 2014) refere que sem nunca ter estado em nenhum TO ficou surpreendida com o ambiente que se vive num cenário de conflito e com a sua força e capacidade em suportar as situações de *stress* características de um CB.

¹⁷ Jornalista da SIC participou no curso ministrado pelo Exército em 2006.

Importa referir que a proteção dos jornalistas incorporados na força cabe aos militares, sendo destes também a responsabilidade em termos logísticos (Castro, 2007). No caso de os jornalistas serem capturados, estes são considerados, segundo a Convenção de Genebra, como prisioneiros de guerra (Simon, 2003).

Com o objetivo de garantir a proteção dos jornalistas, de acordo com Gurgel & Costa (2014), estes têm de se fazer acompanhar de equipamento de segurança, que engloba o colete à prova de bala, capacete, máscara com filtros adequados para ameaças químicas, mala de primeiros socorros, autorização de trabalho das autoridades locais entre outro equipamento e documentos que constituem o Guia Prático do Repórter de Guerra.

A Comunidade Internacional (CI) tem-se mostrado preocupada face à quantidade de jornalistas que morreram em zonas de conflito. Daí que existam convenções, declarações e resoluções que defendem a segurança dos jornalistas e a sua impunidade, entre as quais se destacam: a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁸, que possui um conjunto de artigos que defende a dignidade do Homem no caso dos artigos 3º, 4º e 5º, a IV Convenção de Genebra referindo que os jornalistas são considerados civis e devem ser protegidos como tal a Resolução 1738 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (2012) que condena ataques intencionais contra jornalistas em situações de conflito armado e salienta que os equipamentos e instalações dos OCS constituem objetos civis, e como tal não devem ser constituídos como objetos de ataques.

2.6. Breve síntese histórica do conflito do Kosovo

O território do Kosovo, com capital em Pristina está localizado no centro do leste europeu, faz fronteira a sudoeste com a Albânia, a sudeste com a Macedónia, a noroeste partilha a fronteira com Montenegro e o território que resta está separado da Sérvia, figura n.º 3¹⁹ (Calca, citado em Fernandes, 2009). A sua localização central contribui para as suas caraterísticas multiétnicas e multiculturais. Embora seja uma das zonas regiões mais pobres da Europa, é uma zona rica em recursos minerais, tais como o zinco, magnésio, crómio, carvão, cobre e ferro.

¹⁸ Ver Anexo B.

¹⁹ Ver Anexo C.

De acordo com Malcolm (citado em Fernandes, 2009), o facto de este território ter a designação de Kosovo ainda não foi esclarecida, já que o anteriormente estava dividido em duas zonas, Metohija e Kosovo.

O Marechal Josip Broz Tito, em 1945, assumiu o cargo de presidente vitalício da Jugoslávia. Esta era uma estrutura Federal Socialista com seis Repúblicas²⁰ e duas regiões autónomas, uma das quais o Kosovo e Vojvodina²¹. O governo de Tito terminou em 1980, com a sua morte aos 87 anos deixando um país dividido.

Ao longo da década de 90 do século XX, houve constantes conflitos e luta pela independência na península balcânica²², provocando várias intervenções militares por parte da OTAN e da Organização das Nações Unidas (ONU) no território. Quando Milosevic²³ subiu ao governo da República Federal da Jugoslávia, implementou um conjunto de mudanças que tinham como finalidade a eliminação da maioria albanesa no território do Kosovo. Em dezembro de 1989, Ibrahim Rugova²⁴ funda a Liga Democrática do Kosovo (LDK) o que significou um golpe tremendo na estrutura de poder de Milosevic.

Em contrapartida, Milosevic aumenta a repressão sobre o Kosovo, o que fez o clima de insegurança e violência aumentar, provocando desta forma o surgimento do *Kosovo Liberation Army* (KLA). Desta criação resultou um crescendo de violência nas ruas que colocava em confronto forças do KLA com as autoridades sérvias.

De acordo com Pereira (1999) naquela região assistia-se a um, “Duelo de culturas, credos e memórias, marcada a cada passo por rituais de ódio e vingança de uma barbárie medievalesca, os conflitos dos Balcãs desafiam o horror.” Assim sendo a CI começou a demonstrar preocupação e interesse na resolução deste conflito, sobretudo no que diz respeito à violação dos direitos humanos. Entretanto, em 1999, a OTAN deu início à sua intervenção no Kosovo, tendo o apoio constante da CI.

²⁰ Croácia, Sérvia, Eslovénia, Macedónia, Montenegro e Bósnia-Herzegovina.

²¹ Vojvodina é uma zona a norte da Sérvia, cuja capital é Novi Sad, e que faz fronteira com a Croácia, a Hungria, a Bósnia-Herzegovina, a Roménia e a Sérvia, que usufruiu, juntamente com o Kosovo, de um estatuto especial de região autónoma dentro da Jugoslávia, que lhes permitia funcionar quase como se fossem mais uma das repúblicas jugoslavas. Atualmente, Vojvodina faz parte do território sérvio.

²² É o nome dado a uma região peninsular a sudeste da Europa caracterizada pela enorme diversidade étnica, cultural e religiosa dos povos que a habitam, além dos drásticos conflitos que há séculos preenchem a história da região.

²³ Foi Presidente da Iugoslávia e condenado por crimes cometidos durante os três conflitos ocorridos na antiga Iugoslávia na década de 1990 - Croácia (1991-1995), Bósnia- Herzegovina (1992-1995) e Kosovo (1998-1999). Foi o primeiro chefe de estado a responder por acusações de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

²⁴ Foi presidente do Kosovo. Era líder da Liga Democrática do Kosovo e sustentava meios pacíficos para conseguir a independência desta região dos Balcãs sob domínio sérvio.

2.6.1. Participação Portuguesa no Kosovo e integração na *Kosovo Force*

A *Kosovo Force* (KFOR) é uma Força Multinacional liderada pela OTAN que foi estabelecida a 12 de junho de 1999. Esta Força Militar deriva do mandato da Resolução 1244, de acordo com NATO (1999), e do Acordo Técnico-Militar entre a OTAN e a República Federal da Jugoslávia e da Sérvia. Esta surge ao abrigo do Capítulo VII da carta das Nações Unidas (1945) sendo uma operação de apoio à paz.

As responsabilidades da KFOR segundo informações do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) são: deter as hostilidades e as ameaças contra o Kosovo por forças jugoslavas e sérvias; estabelecer e manter um ambiente seguro e garantir a segurança e a ordem pública; desmilitarização do KLA; apoiar o esforço humanitário internacional, e coordenar e apoiar a presença civil internacional. Para esta Força Multinacional contribuem trinta e um países entre os quais Portugal, como ilustrado na figura n.º 4²⁵.

Portugal juntou-se à operação terrestre da OTAN, sendo parte integrante da KFOR, desde julho de 1999, com uma unidade de escalão Batalhão, Agrupamento, constituído por 300 militares, um Destacamento de Operações Especiais (DOE) e um Destacamento de Controlo Aéreo-Tático (TACP). A missão do agrupamento consistia em estabelecer uma presença permanente em toda a área de responsabilidade, a fim de verificar o acordo com a Jugoslávia para a retirada das suas forças do Kosovo. O DOE cumpriu missões de vigilância em zonas fronteiriças e participou em dispositivos anti sniper em diversas regiões. O TACP apoiou a brigada multinacional conduzindo operações de apoio aéreo próximo de treino e reais.

Em abril de 2001, o Agrupamento português retira definitivamente do Kosovo, em agosto do mesmo ano retira o DOE e já em fevereiro de 2002 o TACP. Entre fevereiro de 2003 e abril de 2004, as FA portuguesas participaram na KFOR com 2 ambulâncias e 5 militares, atuando essencialmente no aeroporto de Pristina.

A partir de janeiro de 2005 Portugal voltou ao TO com um Agrupamento de 300 militares, constituindo-se reserva da *Kosovo Tactical Manoeuver* (KTM), mantendo-se esta configuração até 2011. A partir de março de 2011, após rendição do Contingente, Portugal reduz o efetivo para 163 militares dos quais 156 na KTM, quatro no Deputy Commander

²⁵ Ver Anexo D.

(DCOM) da KFOR e três no Quartel-General da KFOR. A KTM tem uma constituição multinacional, na medida em que é constituída por militares portugueses e húngaros, sendo Portugal a Nação Líder. A composição engloba um Comando e Estado-Maior multinacional, uma unidade de escalão Companhia multinacional de apoio, e duas unidades de manobra de escalão companhia, sendo uma totalmente portuguesa e a outra húngara.

Atualmente, de acordo com o dados do *site* do Estado-Maior General das Forças Armadas, Portugal tem no total 182 militares no TO do Kosovo estando distribuídos, uma parte na KTM outra no Quartel-General da KFOR, e ainda uma outra que constitui a Célula de Informações Militares (CIM).

2.6.2. A Relação do Exército Português com os jornalistas no Kosovo

Portugal faz parte de um conjunto de organizações internacionais, entre as quais se destacam, a OTAN. Importa salientar, que no âmbito destas organizações, as Forças Militares Portuguesas são enviadas para zonas de conflito integrando forças de manutenção da paz²⁶, sendo esta a natureza da missão que o Exército Português cumpre no Kosovo.

Para Portugal, como para os restantes países envolvidos, a relação com os jornalistas tem uma importância fulcral relativamente ao trabalho efetuado para o cumprimento da missão.

As relações dos jornalistas com os militares têm como base a doutrina OTAN. Na missão do Kosovo, de acordo com IESM (citado em Lopes, 2011) a OTAN centra a sua preocupação na imagem transmitida e por isso através das operações psicológicas²⁷, procura influenciar as atitudes e os comportamentos da OP.

A importância conferida pela OTAN à informação pública está bem patente nas palavras do Primeiro-Sargento Santos (citado em Fernandes 2009, p.69):

²⁶Peace Keeping (PK) terminologia em inglês – “São missões que decorrem de acordo com os princípios do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (resolução pacífica dos conflitos) com o intuito de monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz. São desenvolvidas na sequência de acordos entre as partes envolvidas, pelo que decorrem sob o seu consentimento e, por vezes, a seu pedido. A Peace Support Force (PSF), designação em português de Força de Apoio à Paz (FAP), deverá permanecer imparcial, limitar o uso da força à legítima defesa e a promoção e manutenção do nível de consentimento.” (Exército Português, 2005, p. 14-9)

²⁷Designadas em inglês *Psychological Operations* (PSYOPS), “são atividades psicológicas planeadas que utilizam meios de comunicação e outros meios, dirigidas sobre audiências aprovadas, de forma a influenciar atitudes, perceções e comportamentos, que contribuam para a realização de objetivos políticos e militares.” (Exército Português, 2005, p. 5-1)

“A Informação Pública é um dos objetivos primordiais em qualquer operação da OTAN. A doutrina OTAN determina que a Informação Pública é uma responsabilidade do Comando. Os comandantes, a todos os níveis, têm de estar conscientes da sua importância e, como tal, deverão tê-la em consideração durante o planeamento e a condução de operações (reais ou exercícios) militares. (...) A política de Informação Pública da Aliança Atlântica é baseada num programa anual que visa assegurar uma comunicação efetiva da importância da OTAN em garantir a segurança num ambiente estratégico envolvente.”.

A Divisão de Informação Pública da OTAN, tem como função a apresentação anual da OTAN para as informações públicas. Ainda de acordo com o Primeiro-Sargento Santos (citado em Fernandes, 2009), este programa é constituído por três partes principais: i) as relações internas que se constituem com o objetivo primordial de manter informados todo o pessoal e membros da organização sobre quais as atuações mais indicadas de acordo com a situação e ao mesmo tempo dar conta internamente de quais as posições assumidas; ii) as relações com a comunidade que residem na ideia essencial de ser necessário dar a conhecer a toda a população quais as ações da OTAN, os seus objetivos e as suas missões; iii) por último, as designadas *média relations* diretamente dirigidas aos órgãos de comunicação social dos diferentes Estados Membros, são construídas na sua essência como políticas de informação prestada aos meios de comunicação e seus profissionais numa lógica de transmissão de informações relativas não só a missões a decorrer, como também de objetivos e missões futuras, sendo neste caso essencial a divulgação de materiais relativos à OTAN. Quem tem a responsabilidade de seguir as políticas de Informação Pública são os *Public Affairs Officers* (PAO)²⁸, que ainda que a sua função seja a de contactar diretamente com o meio jornalístico, não devem colocar em causa a sua condição militar enquanto membros da OTAN.

Segundo Machado & Carvalho (2004) as unidades do Exército Português destacadas no Kosovo deram muita atenção à imprensa portuguesa e à imprensa kosovar. Ambas produziram um grande volume de trabalho relativo à atividade da Força Militar Portuguesa, havendo inclusive artigos consecutivos em jornais portugueses²⁹ dedicados somente à missão portuguesa no Kosovo. Os jornalistas acompanhavam as operações no terreno e tinham autorização para fazer reportagens sobre a forma como os militares viviam no TO. Importa também referir que as forças portuguesas levaram consigo jornalistas locais, do Kosovo, para que tivessem conhecimento do trabalho que os militares portugueses faziam. No TO as atividades dos militares eram acompanhadas pelos

²⁸ Oficial de Relações Públicas - Designação em Português e adotada ao longo do trabalho

²⁹ *Diário de Coimbra, Correio do Minho, Diário do Minho e Açoreano Oriental.*

jornalistas, habitualmente durante um período de 10 dias³⁰, efetuavam uma cobertura da vivência dos militares portugueses, (Machado & Carvalho, 2004).

³⁰ Era o período em que se faziam os voos militares entre Lisboa e Pristina.

Capítulo 3

Trabalho de Campo – Metodologia e procedimentos

3.1. Metodologia de abordagem ao problema e justificação

O trabalho de campo é um processo que engloba um conjunto de procedimentos e normas para produzir e organizar conhecimento e, portanto, não se trata de uma simples técnica de investigação ou um instrumento de recolha primária de dados, incluindo também a sua análise e discussão (Velasco e Rada, 1997).

O TIA requer uma definição clara quanto à forma de realizar a investigação, tornando-se indispensável definir os caminhos necessários a adotar, de forma a garantir uma recolha de informação adequada. Segundo Freixo (2011) refere que o método científico consiste em estudar da forma mais racional possível, evitando enganos e procurando provar ideias, através de um conjunto de abordagens, técnicas e processos para resolver problemas.

O método de abordagem utilizado na investigação é o hipotético-dedutivo. Foram elaboradas hipóteses de investigação, que são respostas provisórias ao problema, que no final do processo de investigação vão ser consideradas verdadeiras ou falsas. Segundo Sarmiento (2013) é um método logicamente válido, uma vez que fundamenta as hipóteses através da reunião de observações, factos e ideias.

O estudo assume natureza descritiva, recorre a metodologias qualitativas, designadamente análise de documentos disponíveis e envolve técnicas padronizadas de recolha direta de informação, através de inquéritos por entrevista.

O método de procedimentos adotado para a presente investigação foi o estudo de caso Kosovo (1999/2014). Segundo Freixo (2012) o estudo de caso tem cinco características chave: é um sistema limitado; identifica o foco e direção da investigação; é único, específico, diferente e complexo; decorre de um ambiente natural; e o investigador recorre a fontes múltiplas de dados, tais como entrevistas, documentos, entre outras.

Assim a técnica de investigação adotada, quanto à recolha de dados, foi o inquérito por entrevista, aplicado a militares e a jornalistas, visando-se assim auscultar a experiência e pontos de vista de ambos os intervenientes no estudo.

3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

De acordo com Bogdan e Biklen (citado em Sarmiento, 2013) a entrevista utiliza-se para recolher dados descritivos com base na percepção do próprio sujeito e que permite ao investigador desenvolver uma ideia sobre o modo como os sujeitos interpretam assuntos do mundo. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), a entrevista permite retirar informações muito ricas, através da recolha de experiências, centrando essa recolha em torno das hipóteses do trabalho, sem excluir outros possíveis desenvolvimentos.

A recolha de dados pode ser feita junto da totalidade dos intervenientes, denominada de população, ou através de uma amostra da mesma. Uma vez que a população da presente investigação é demasiado volumosa e dado o limite de tempo para a realização do trabalho, foi eleito um número de entrevistados, militares e jornalistas, de acordo com as necessidades da investigação em causa³¹. Segundo Sousa & Baptista (2011) a análise de uma amostra pressupõe a inquirição a um número restrito de pessoas, de tal forma que os resultados possam ser generalizados a toda a população.

A seleção dos intervenientes, conforme referido, abrangeu militares e jornalistas com experiência relevante para o problema em estudo. Em concreto, relativamente à componente militar, entrevistou-se o porta-voz do Exército, devido à função que desempenha e às relações que estabelece obrigatoriamente com os OCS³². Também foram entrevistados militares de Infantaria, mais propriamente os comandantes das forças portuguesas, pois eles foram responsáveis por manter o contacto direto com os OCS³³. Quanto aos jornalistas, a seleção procurou abarcar jornalistas³⁴ envolvidos na cobertura do conflito durante um período longo (1999-2014).

Atendendo ao diferente perfil e diferente missão dos entrevistados selecionados, e considerando as necessidades de informação que importava obter, elaboraram-se três

³¹ Ver Apêndice A.

³² Ver Apêndice B.

³³ Ver Apêndice C.

³⁴ Ver Apêndice D.

guiões de entrevista, adaptados à profissão e funções.

Um dos guiões foi assim destinado ao atual porta-voz do Exército³⁵; outro aplicado aos militares, nomeadamente os comandantes das forças militares portuguesas no Kosovo nos anos de 2013 e de 2014³⁶; o terceiro e último guião foi destinado aos jornalistas, que tiveram contacto com os militares no Kosovo (1999/2014)³⁷.

As entrevistas aplicadas quanto à tipologia são extensivas, permitindo uma menor liberdade de iniciativa do entrevistado, e consequente uma menor duração. São entrevistas centradas, isto é, focalizadas num tema específico, que no caso da presente investigação se centra na integração dos jornalistas em missões em FND.

Antes da realização da entrevista, foi enviado previamente o respetivo guião, via correio eletrónico, para que os entrevistados tivessem conhecimento da finalidade desta. Mediante autorização dos próprios, procedeu-se à gravação das entrevistas, através de uma aplicação de gravação de voz, para o telemóvel *Samsung Galaxy S4*. É de salientar que todas as citações das entrevistas presentes no nosso trabalho foram previamente autorizadas pelo entrevistado.

Para análise das entrevistas, as respostas dadas pelos nove entrevistados foram codificadas, tendo em linha de conta as ideias-chave referentes a cada uma das questões colocadas³⁸. Procedeu-se à elaboração de quadros de análise de conteúdo das respostas³⁹, de acordo com a codificação feita anteriormente, para se reproduzirem as explicações dos entrevistados, através de ideias chave. Estes quadros segundo Guerra (2006), reduzem a quantidade de informação a trabalhar e permitem estabelecer comparações, no sentido de encontrar aspetos comuns ou divergentes entre os diferentes inquiridos por entrevista.

3.3. Local e data da pesquisa e recolha de dados

A data e o local da aplicação das entrevistas foi previamente acordada com os entrevistados, mediante a disponibilidade destes. A tabela 1 seguinte resume precisamente essa informação para cada um dos entrevistados.

³⁵ Ver apêndice B.

³⁶ Ver apêndice C.

³⁷ Ver apêndice D.

³⁸ Ver Apêndice E.

³⁹ Ver Apêndices F, G e H.

Tabela 1 - Locais e datas das entrevistas realizadas

N.º	Posto/Nome	Data da entrevista	Local da entrevista
1	TCor Góis Pires	31MAR15	EME
2	TCor Fernando Gonçalves	18MAR15	No seu domicílio na Guarda
3	TCor Brito Teixeira	09MAI15	CFT
4	Cândida Pinto	20MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide
5	Armando Seixas Ferreira	22MAR15	Instalações da RTP em Lisboa
6	Aurélíio Faria	21MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide
7	José Silva	21MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide
8	Pedro Freitas	28MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide
9	Duarte Valente	23MAR15	Instalações da RTP no Porto

Capítulo 4

Trabalho de campo – Apresentação, análise e discussão dos resultados

4.1. Introdução

Neste capítulo serão apresentados, analisados e discutidos todos os resultados obtidos através dos inquéritos por entrevista. Os resultados alcançados serão “apresentados e analisados de maneira a fornecer uma ligação lógica com o problema de investigação proposto” (Fortin, 2009, p. 330). As entrevistas constituem base da recolha de informação deste trabalho de investigação, assim como a revisão da literatura. Fazendo uso de tabelas vão ser apresentados os resultados, de forma a expor os aspetos considerados como os mais importantes das respostas dadas pelos entrevistados.

De seguida apresentar-se-á uma análise e respetiva discussão dos resultados obtidos por cada questão, interligando-se com a parte teórica do trabalho.

Posteriormente será feita a análise e discussão das entrevistas, fazendo a junção dos aspetos comuns nas diversas respostas das entrevistas e dos aspetos que diferem, confrontando sempre com as hipóteses que foram formuladas no início da investigação.

4.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados das entrevistas

As questões, relativas a cada um dos três guiões de entrevistas utilizados, são analisadas individualmente através do levantamento de segmentos, que traduzem ideias-chave. Esses segmentos estão agrupados na tabela 11 relativa à codificação alfanumérica das entrevistas⁴⁰.

⁴⁰ Ver Apêndice E.

4.2.1. Análise e discussão dos resultados à entrevista do Porta-voz do Exército

A entrevista realizada ao TCor Art Góis Pires, que atualmente desempenha as funções de Porta-voz do Exército, é constituída por oito questões cada uma delas direcionada para as questões derivadas formuladas no início da investigação.

A resposta à questão **A1: “Atualmente, em que medida o Exército é considerado uma instituição aberta à comunicação social?”** é traduzida em quatro segmentos de acordo com a tabela 14⁴¹. Importa referir que esta questão foi direcionada com a finalidade de obter respostas para a primeira questão derivada. Através dos quatro segmentos que foram retirados da entrevista, podemos averiguar que o Exército é uma instituição aberta à comunicação social, já que presta declarações relativamente a situações diversas que estejam a decorrer, divulgações de eventos, dando explicações factuais quando acontecem desastres ou até mesmo acontecimentos imprevistos ou desentendimentos que poderão trazer consequências graves e lamentáveis no seio da instituição. No entanto, quando se trata de boatos, rumores e especulações o Exército não intervém. Do ponto de vista do entrevistado 1, o Exército considera-se uma instituição que está disposta a relacionar-se com os OCS, mediante as várias situações e eventualidades em que esta seja foco de divulgação para a opinião pública.

A resposta à questão **A2: “Quais são os meios utilizados pelo Exército para emitir notícias?”** retiramos quatro ideias-chave de acordo com a tabela 15⁴², das quais podemos verificar que a televisão, a rádio, a *internet* e a imprensa escrita são os meios utilizados pelo Exército com a finalidade de emissão de notícias. Também é de frisar, que a *internet* é o meio mais utilizado pelo Exército diariamente, pois existe um *site* próprio do Exército que é um dos grandes vetores de comunicação com a população em geral. O que podemos verificar através desta resposta é que existem cinco meios de propagação de notícias, são eles: a *internet*, a rádio, a televisão, a imprensa escrita, diga-se revistas, jornais, panfletos informativos, cartazes e livros, e também a *intranet*.

Relativamente à resposta da questão **A3: “Quais as formas e com que frequência se estabelece a comunicação entre o Exército e os jornalistas?”** também foram identificados quatro segmentos, explanados na tabela 16⁴³. Após análise desta resposta, verifica-se que a *internet* é uma das formas de comunicação mais utilizadas, pois são

⁴¹ Ver Apêndice F.

⁴² Ver Apêndice F.

⁴³ Ver Apêndice F.

emitidas notícias diariamente. É através da *internet* que se disponibilizam assuntos de relevo que devem ser do conhecimento público. A imprensa escrita, a televisão e a rádio são utilizados mediante o surgimento de acontecimentos mediáticos. Em Portugal, normalmente os jornalistas estabelecem comunicação com o Exército através da *internet* ou então via telefone.

Os segmentos selecionados na resposta à questão **A4: “Como Porta-voz do Exército acha que as notícias transmitidas pelos jornalistas são fiéis às informações facultadas pelo Exército? Porquê?”** estão sumariados na tabela 17⁴⁴. O entrevistado 1, refere que a relação de respeito mútuo existente entre os jornalistas e o Exército contribui favoravelmente para a de credibilidade e fidelidade nas notícias transmitidas pelos jornalistas a propósito do Exército. No entanto, existem jornalistas que tecem comentários, de acordo com a interpretação que fazem da informação que lhes é cedida. Em suma, o nosso entrevistado refere que tem tido a perceção de respeito, quando é abordado por profissionais de jornalismo.

A resposta à questão **A5: “Do seu ponto de vista, de que forma os jornalistas transmitem uma imagem positiva sobre a instituição?”** o nosso entrevistado apontou quatro segmentos mencionados na tabela 18⁴⁵. Ele afirmou que dependia, pois existem jornalistas que dão uma imagem positiva, outros que têm uma postura mais isenta e inibem-se de tecer comentários. Por outro lado existem jornalistas que mesmo tendo acesso a muita informação, não se privam de fazer comentários e de dar uma opinião mais subjetiva à divulgação do acontecimento. Contudo, o nosso entrevistado conclui a sua resposta dizendo que geralmente os jornalistas assumem uma postura isenta e neutra.

Na questão **A6: “Acha que existe uma formação adequada dos jornalistas que são destacados para zonas de conflito, que lhes permita desempenhar o seu trabalho perante as exigências do TO?”** (tabela 19⁴⁶). O nosso entrevistado refere que a formação designada por CJZC tem sido elogiada. Importa salientar, que normalmente essa formação é solicitada pelos próprios OCS, quando existe a possibilidade de destacar jornalistas para os TO. Analisando agora o contributo que estas ações de formação podem ter, é possível verificar que a existência de disciplina dos próprios jornalistas e um conjunto de regras, pelas quais se têm que reger, contribuem significativamente para a salvaguarda da sua segurança, da segurança dos militares e até mesmo para que a atividade operacional que se

⁴⁴ Ver Apêndice F.

⁴⁵ Ver Apêndice F.

⁴⁶ Ver Apêndice F.

está a desenvolver seja concluída com sucesso.

Analisando a resposta à questão A7: **“Considera que os jornalistas que acompanham as Forças Militares em atividades/operações, em missões no exterior, podem contribuir para o cumprimento da missão? Porquê?”** Pode verificar-se que o entrevistado estrutura a sua resposta em três ideias-chave, consultar a tabela 20⁴⁷. Afirma que os jornalistas podem de certa forma, contribuir para a consecução da missão. Pois como podemos verificar, atualmente que através da televisão é possível visualizar a guerra em direto através de imagens e de filmagens de zonas de conflito, algo que há uns tempos atrás não era possível. Assim, o entrevistado revela que grande parte das operações militares tem um grande acompanhamento mediático. Será esse acompanhamento mediático que transmite para a comunidade as razões da participação de nacionais em determinadas situações de conflito. Também importa referir, que esta cobertura mediática cria um *back office* positivo relativamente à atuação dos militares.

A resposta à questão A8: **“Que boas práticas, entre jornalistas e militares, acha que podem potenciar o trabalho desempenhado por ambos nos diversos TO no exterior?”** Foi repartida em quatro segmentos como podemos observar na tabela 21⁴⁸. Assim os segmentos A8.1, A8.2, A8.3 e A8.4 que correspondem ao respeito mútuo, à transparência, à honestidade e à compreensão mútua respetivamente, são para o nosso entrevistado aspetos muito importantes que devem pautar o trabalho tanto dos jornalistas como dos militares nos TO's. Pois se existir esta neutralidade, isto é, a informação que é passada dos militares para os jornalistas se for depois divulgada, sem qualquer alteração ao acontecimento descrito pelos militares, irá contribuir certamente para um melhoramento do trabalho de ambos. Assim como, quando existe um compromisso de um militar em informar os jornalistas acerca de alguma coisa, este deverá fazê-lo tal como prometido.

4.2.2. Análise e discussão dos resultados às entrevistas dos militares Comandantes da Força Militar no Kosovo em 2013 e 2014

Tal como mencionado anteriormente, os Cmdt da Força Militar Portuguesa que estiveram no Kosovo em 2013 e 2014, também contribuíram para a investigação deste trabalho. Neste sentido, o TCor de Infantaria Fernando Gonçalves que comandou o 2º

⁴⁷ Ver Apêndice F.

⁴⁸ Ver Apêndice F.

Batalhão de Infantaria em 2013 no TO do Kosovo e o TCor de Infantaria Brito Teixeira que comandou o 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado em 2014 no TO do Kosovo foram os militares escolhidos para estas entrevistas.

Analisando as respostas à questão **B1: “A força multinacional *Kosovo Force* (KFOR) adotou a doutrina OTAN no que se refere à informação pública, como eram mantidas as relações militares-jornalistas no caso da Força Militar Portuguesa?”** (tabela 22⁴⁹) percebe-se que existe uma uniformidade em parte da resposta dos entrevistados 2 e 3. Ambos indicam, que as diretrizes referentes a assuntos de informação pública estavam bem explícitos e que os escalões superiores emanavam as normas relativamente à informação pública, tendo por base de apoio a doutrina correspondente da OTAN. Assim, era executado o plano de comunicação do Exército tendo sempre como referência a doutrina OTAN. Importa frisar, que o entrevistado 2 afirma que existia um Oficial de Relações Públicas que acompanhava situações relacionadas com os OCS e era o responsável por garantir o cabal cumprimento das determinações dos escalões superiores, da KFOR e inclusive do Cmd do Batalhão.

A análise da questão **B2: “De que forma era mantida a comunicação entre os militares da Força Militar Portuguesa no Kosovo e os jornalistas?”** indica que os entrevistados focaram quatro segmentações, explanadas na tabela 23⁵⁰. O entrevistado 2 deu relevância a 3 segmentações. Nestas indica, que o contacto mantido entre os jornalistas e os militares mantinham-se essencialmente durante os exercícios finais de aprontamento, ainda em território nacional, aquando da projeção da força e na visita do Ministro da Defesa Nacional na época natalícia e no regresso do contingente. A relação com os OCS, em todas as ocasiões, estavam previamente autorizados pelo Estado-Maior do Exército (EME) ou pelo EMGFA. O Oficial de Relações Públicas era a entidade responsável por desenvolver o trabalho entre o Exército e os OCS de acordo com as diretivas emanadas superiormente. O entrevistado 3 menciona que esta comunicação era mantida através de um planeamento centralizado e por conseguinte por uma execução descentralizada. Assim, foram definidos nos vários patamares de comando, elementos que representavam o posicionamento oficial da FND.

Nas respostas à questão **B3: “Como descreve a relação dos militares da Força Militar Portuguesa no Kosovo com os jornalistas Portugueses?”** podemos averiguar

⁴⁹ Ver Apêndice G.

⁵⁰ Ver Apêndice G.

através da tabela 24⁵¹, que o entrevistado 2 referiu que a relação assentava na cordialidade de ambas as partes. Outro aspeto referido foi que os militares estavam consciencializados, devido a palestras que tinham tido ainda em território nacional aquando do aprontamento para a missão, de que havia assuntos, que por serem de foro da Força Militar, não deviam ser tratados. Em concordância, os entrevistados 2 e 3 referiram que os militares estavam sensibilizados para assuntos relativos à exposição, que poderiam ter com a comunicação social.

No que diz respeito à questão **B4: “Houve jornalistas que estiveram integrados no seio da força? Foi benéfico?”**, podemos observar na tabela 25⁵², que o entrevistado 2 não teve jornalistas integrados na força. No entanto, expressa a sua opinião referindo que se tal situação acontecesse poderia ser vantajoso para a Força Militar, pois pode funcionar como um meio de sensibilização na sociedade acerca da importância da missão. O entrevistado 3 referiu que esteve inserido numa situação em que os jornalistas estavam integrados com a força. Desta experiência, destaca que foi uma situação benéfica tal e qual como o entrevistado 2 havia referido, e que respeitando os requisitos de segurança existentes, não afetavam o compromisso da liberdade de informação.

A questão **B5: “Na sua opinião qual era a perceção que os jornalistas portugueses tinham do trabalho desenvolvido pelos militares da FND?”** espelha sintonia, de acordo com a tabela 26⁵³. Os entrevistados 2 e 3 referem que os jornalistas tinham a perceção de que o trabalho estava a ser bem desenvolvido. O entrevistado 2 diz que os jornalistas tinham uma boa perceção da forma profissional e isenta como os militares portugueses cumprem as missões e faziam a questão de passar essa imagem para a sociedade. O entrevistado 3 salienta que a admiração, a surpresa e o orgulho eram a forma como os jornalistas viam os militares portugueses.

A resposta à questão **B6: “No seu entender como comandante da FND, verificou que ocorreu uma maior atividade nos contactos com a comunicação social, pelo facto de estar inserido numa missão OTAN?”** foi unânime para os dois entrevistados, como se pode verificar através da tabela 27⁵⁴. Pois ambos responderam afirmativamente à questão e realçaram ser normal, que estas missões OTAN despertem mais os focos da comunicação social, em detrimento da atividade que é costume em território nacional.

⁵¹ Ver Apêndice G.

⁵² Ver Apêndice G.

⁵³ Ver Apêndice G.

⁵⁴ Ver Apêndice G.

Nas respostas à questão **B7: “Em algum momento os jornalistas acompanharam os militares no terreno? Acha que a formação dos jornalistas era adequada para lidar com os militares?”** (tabela 28⁵⁵), o entrevistado 2 referiu que em momento algum os jornalistas acompanharam os militares nas suas atividades operacionais. Por outro lado, o entrevistado 3 indicou que foram acompanhados por jornalistas em certas atividades operacionais no TO do Kosovo. Refere ainda que a formação dos jornalistas relativamente à forma como devem atuar em zonas de conflito, permitiu que adotassem um conjunto de procedimentos e de técnicas adaptadas a este TO, possibilitando um bom relacionamento entre os jornalistas e os militares. Consequentemente, contribuiu para que houvesse uma cooperação e esforço simultâneo no trabalho desempenhado por ambos.

Na análise da questão **B8: “Do seu ponto de vista, a incorporação dos jornalistas no TO Kosovo contribui de alguma forma para o cumprimento da missão da FND?”** (tabela 29⁵⁶), os entrevistados, 2 e 3, referem haver vantagens na integração dos jornalistas na medida em que tal contribui para a divulgação da importância da participação dos militares portugueses nas missões internacionais. Assim, a educação cívica e a disseminação de informação através da comunicação social, de assuntos relativos à Segurança e Defesa de Portugal, têm tido um papel preponderante.

Relativamente às respostas alcançadas na pergunta **B9: Considera que foram adotadas boas práticas entre jornalistas e militares de modo a potenciarem a missão da FND? Se sim, como?** (tabela 30⁵⁷), os dois entrevistados responderam afirmativamente, defendendo que foram consolidadas boas práticas. O entrevistado 2 acrescenta ainda, que o Oficial de Relações Públicas em parceria com jornalistas produzia e compilava artigos de informação que posteriormente eram enviados para as relações públicas do EMGFA e da KFOR, com o objetivo de informar acerca das principais atividades da FND. Paralelamente e não menos importante auxiliava a promover a imagem do Exército Português.

⁵⁵ Ver Apêndice G.

⁵⁶ Ver Apêndice G.

⁵⁷ Ver Apêndice G.

4.2.3. Análise e discussão dos resultados às entrevistas dos jornalistas

De forma a garantir uma investigação mais fundamentada aplicou-se também os inquéritos por entrevista a jornalistas, com um guião diferente dos utilizados com os militares. Os seis jornalistas selecionados, entre os quais um repórter de imagem, fizeram a cobertura do conflito do Kosovo (1999 a 2014). O guião de entrevista aplicado é composto por oito questões de resposta aberta.

Analisando as respostas à questão **C1: “Como descreve a relação dos jornalistas com os militares?”**, tendo em conta a tabela 2, podemos verificar que os entrevistados 4, 5 e 6 dão ênfase ao segmento C1.1, “Houve uma evolução muito grande”, o que revela que atualmente a relação entre os jornalistas e os militares é muito melhor do que há alguns anos atrás. Tal como os entrevistados 5 e 8 indicam através da ideia-chave C1.5 que os, “Militares perceberam que ter os jornalistas do seu lado tem vantagens e facilita as reportagens.”. Podemos então averiguar que uma boa relação entre ambos será vantajoso tanto para a qualidade da notícia que é transmitida, assim como para a imagem dos militares. É de referir que o entrevistado 6 revela na sua resposta que no geral esta relação é cordial e profissional.

No entanto, os entrevistados 4, 5 e 9 dizem no segmento C1.2 que, “Existe uma certa desconfiança” e os entrevistados 4, 5 e 6 no segmento C1.4 referem que, “Esta relação tem sempre um bocadinho de tensão”. Relativamente à tensão que está inerente a esta relação, é compreensível, uma vez que os militares no momento em que estão a desempenhar uma ação, por motivos que são inerentes aos riscos da atividade que estão a desenvolver, optam por não ter jornalistas em seu redor. Outra das razões, prende-se com o facto de existirem informações que são de interesse exclusivamente militar e não tem interesse em serem divulgadas para a comunicação social.

Relativamente ao segmento C1.6, “Extremamente profissional e flexível”, apenas o entrevistado 7 descreveu a relação como tal. Refere ainda que para os militares que estão a desempenhar atividades operacionais nos TO, não é fácil ter jornalistas perto de si, uma vez que têm que ter atenção redobrada no que toca à segurança destes.

Tabela 2 - Análise das respostas à questão C1

Questão C1							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C1.1	X	X	X				3
Segmentação C1.2	X	X				X	3
Segmentação C1.3	X						1
Segmentação C1.4	X	X	X				3
Segmentação C1.5		X			X		2
Segmentação C1.6				X			1

No que concerne à questão C2: “A sua formação (serviço militar obrigatório, cursos, ações de formação, experiência, etc) dava resposta às exigências do TO do Kosovo para fazer o seu trabalho e para lidar com os militares portugueses?”, recorrendo aos dados da tabela 3, denota-se que apenas o entrevistado 4 através do segmento C2.1 indica não ter formação nesse âmbito. Em contrapartida os entrevistados 4, 5 e 9 através do segmento C2.4 referem que “A experiência foi-me dando a formação no terreno, para saber lidar com situações que envolvem militares”. Assim verifica-se que a experiência profissional que estes entrevistados foram assimilando, à medida que desenvolviam trabalhos jornalísticos em zonas de conflito, permite-lhes desempenhar o seu papel de informar sob circunstâncias adversas característico do TO do Kosovo. Constatase também através do segmento C2.4 que três entrevistados frequentaram, formação na área. Assim, estas ações de formação que são desenvolvidas com a finalidade de permitir que os profissionais da comunicação social consigam desenvolver o seu trabalho com o melhor desempenho possível, confere-lhes o conhecimento base daquilo que os espera num TO. Podemos verificar que os entrevistados 4 e 8 indicam o segmento C2.2, “As pessoas que querem trabalhar esta área devem ter estes cursos, porque lança alertas importantes para a própria vida e sobrevivência dos jornalistas”. Na sua resposta, o entrevistado 8 realça a importância destes cursos referindo que o sucesso do trabalho jornalístico depende essencialmente da segurança, do profissionalismo e do rigor do jornalista.

O entrevistado 7 refere no segmento C2.5 que, “O mais importante é seguir à risca o que o oficial responsável pelas operações diz”. Desta forma, não atribui especial importância à formação. Na opinião deste jornalista para tudo correr bem e se conseguir desenvolver o trabalho de forma segura, o mais relevante será prestar especial atenção e

seguir criteriosamente todas as indicações que o oficial responsável pelas operações transmite.

Tabela 3 - Análise das respostas à questão C2

Questão C2							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C2.1	X						1
Segmentação C2.2	X				X		2
Segmentação C2.3	X	X				X	3
Segmentação C2.4		X	X		X		3
Segmentação C2.5				X			1

Na questão C3: “Qual era a sua percepção sobre a opinião dos militares portugueses, acerca do papel dos jornalistas no terreno?” consultando a tabela 4, verifica-se que o segmento C3.4 “Muito bem recebido pelos militares” é a ideia-chave mais referida sendo focada por cinco entrevistados. O entrevistado 4 salienta na sua resposta que tem existido uma evolução favorável nesse relacionamento, mencionando como justificação os vários cursos que têm vindo a ser ministrados. Refere ainda, que estes cursos deram a entender aos jornalistas as limitações que os militares têm em referenciar determinadas situações. O entrevistado 6 refere que o profissionalismo e o rigor dos jornalistas quando se deslocavam para o TO do Kosovo, criava as condições para que houvesse uma boa receção por parte dos militares. O entrevistado 7 evidencia que o respeito e a compreensão pelo trabalho de ambos era um dos motivos que levava os militares a receber os jornalistas da melhor forma.

Os entrevistados 4, 5 e 6 referem no segmento C3.1 que “Depende das situações”. O entrevistado 4 fruto das suas experiências no TO do Kosovo, teve alguns desentendimentos com militares próprios das situações. Menciona, que o facto de os militares tentarem omitir certas informações e de não se fazerem perceber da melhor forma contribui para uma certa tensão. Já o entrevistado 5 diz que quando se tratava de visitas de Natal a receção dos militares era notável. No entanto também denotou uma certa apreensão quando fez uma reportagem sobre as mulheres paraquedistas. Sendo estas em número reduzido, a reportagem dava-lhes um protagonismo que alguns militares consideram

inadequado. O entrevistado 6 salienta que a percepção variava conforme os jornalistas que eram destacados para o TO do Kosovo. Reforça dizendo “Há jornalistas...e jornalistas.”. Assim os entrevistados 4 e 5 revelam no segmento C3.2 que “Surgiram alguns desentendimentos.”.

Os entrevistados 4, 5 e 9 referem o segmento C3.3, “Desconfiança”. O entrevistado 9 justifica que esta desconfiança é característica das patentes mais altas, pelo facto de temerem que os jornalistas possam perturbar a missão dos militares no TO do Kosovo. Menciona ainda, que o receio dos jornalistas divulgarem uma imagem negativa do trabalho dos militares era um dos motivos dessa desconfiança.

Tabela 4 - Análise das respostas à questão C3

Questão C3							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C3.1	X	X	X				3
Segmentação C3.2	X	X					2
Segmentação C3.3	X	X				X	3
Segmentação C3.4	X	X	X	X	X		5

Relativamente à questão C4: “Estiveram integrados no seio da força ou acompanharam os militares em algumas operações?” (tabela 5), destaca-se que o segmento C4.1 “Já estive integrado no seio da força.” e o segmento C4.2 “Acompanhávamos os militares em várias operações”, foram referidos por todos os entrevistados. O entrevistado 4 adianta que se deslocava em viaturas militares e inclusive em aviões da base militar Portuguesa. O entrevistado 5 salienta que a maioria dos militares gostava da sua presença no quartel. O entrevistado 8 destaca a oportunidade que teve em realizar uma reportagem noturna nos bairros mais complicados de Pristina, em circunstâncias particularmente delicadas da operação militar que estava a ser desenvolvida.

O entrevistado 9 é o único que especifica as situações em que esteve integrado com a força através do segmento C4.3 “Em exercícios de treino” e do segmento C4.4 “Missões reais”.

Tabela 5 - Análise das respostas à questão C4

Questão C4							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C4.1	X	X	X	X	X	X	6
Segmentação C4.2	X	X	X	X	X	X	6
Segmentação C4.3						X	1
Segmentação C4.4						X	1

Na questão **C5: “Quando acompanhavam os militares nas suas atividades/operações sentiam-se seguros?”** (tabela 6), podemos observar que apenas os entrevistados 4, 5 e 9 referiram com toda a certeza o segmento C5.1 “Sim”, relativamente ao sentimento de segurança, quando estavam a deslocar-se conjuntamente com os militares no decorrer das suas operações. Reforçaram a sua resposta mencionando o segmento C5.2 que “Os militares proporcionam boas condições de segurança”. O entrevistado 9 faz referência a uma situação que elucida bem as condições de segurança a que os jornalistas estavam submetidos. Ele exemplifica dizendo que após ter havido, de madrugada, um atentado à bomba em Pristina, só recebeu autorização do comandante da Força Militar portuguesa para ir ao local da explosão, após o nascer do dia, escoltado militarmente e depois de a segurança ter sido avaliada.

O segmento C5.4 “Situação de instabilidade” é referido por três entrevistados. O entrevistado 7 salienta que numa zona de conflito segurança a 100% não existe. O entrevistado 8 diz que sentir-se seguro num local marcado por graves acidentes era impossível, uma vez que patrulhavam a pé áreas de maior risco do território, juntamente com os militares portugueses. O entrevistado 6 indica que por ser uma situação de pós-guerra nunca se sentiria completamente seguro. Importa salientar que os segmentos C5.3 “Sentia-se seguro por estar com alguém conhecido da comunidade”, e C5.5 “Nem mais nem menos seguros” foram ambos referenciados pelo entrevistado 6.

Tabela 6 - Análise das respostas à questão C5

Questão C5							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C5.1	X	X				X	3
Segmentação C5.2	X	X				X	3
Segmentação C5.3			X				1
Segmentação C5.4			X	X	X		3
Segmentação C5.5			X				1

Nas respostas à questão **C6: “Acha que contribuíram de alguma forma para o cumprimento da missão operacional?”**, analisando a tabela 7, destaca-se que o segmento C6.2 “Permite que os jornalistas conheçam as missões que os militares fazem e dar a conhecer à população portuguesa” foi o mais expressado, pelos entrevistados 4, 6, 7, 8 e 9. O entrevistado 4 realça que as FA devem compreender perfeitamente, que o facto de os jornalistas divulgarem as atividades que os militares fazem, trará vantagens significativas, tanto na compreensão por parte da população portuguesa como no sentimento de carinho que terá dos militares. O entrevistado 8 diz com toda a certeza que prestou um contributo importante para a divulgação do trabalho notável dos militares no Kosovo. O entrevistado 9 diz que é importante os portugueses conhecerem o papel dos militares portugueses nas missões internacionais.

O segmento C6.1 “Sim, contribuía para o sucesso da missão em Portugal”, é referenciado por quatro entrevistados. O entrevistado 5 salienta que as reportagens que ia fazendo acerca da presença dos militares portugueses no Kosovo, contribuía significativamente para o sucesso da missão. O entrevistado 6 refere o segmento C6.3 “Minimizar as vozes críticas aos custos operacionais no erário público” Para este jornalista a mediatização da missão portuguesa no Kosovo permite que a opinião pública conheça melhor o trabalho dos militares portugueses, as dificuldades e os riscos inerentes ao TO. O entrevistado 9 salienta o segmento C6.4 “Quanto menor a presença no seio da força, melhor será o desempenho da missão”, podemos perceber que os militares estarão completamente focados na atividade operacional que estão a desenvolver e não terão que ter preocupações no que diz respeito à segurança dos jornalistas.

Tabela 7 - Análise das respostas à questão C6

Questão C6							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C6.1	X	X	X		X		4
Segmentação C6.2	X		X	X	X	X	5
Segmentação C6.3			X				1
Segmentação C6.4						X	1

Analisando as respostas à questão **C7: “De que forma era feita a comunicação entre os jornalistas e os militares?”** (tabela 8), percebe-se que o segmento C7.8 “Através de oficiais de ligação.” é o mais referenciado pelos entrevistados. O entrevistado 6 salienta que comparativamente com outras experiências noutros TO, como por exemplo na Bósnia, a forma como comunicavam no TO do Kosovo com os militares, era feita com um formato mais profissional. O entrevistado 9 referenciou que o oficial de ligação que acompanhava a equipa de reportagem em permanência respondia a todas as solicitações desta, isto quando se encontrava integrado no seio da força. Quando tal não acontecia, a comunicação era mais difícil, visto que as forças portuguesas estavam integradas numa missão internacional, o que não permitia contactos directos e obrigava a seguir a doutrina NATO no que concerne à informação pública.

O segmento C7.5 “Comunicação era feita pelo comando da força” foi indicado pelos entrevistados 5 e 7. O entrevistado 7 realça que numa primeira abordagem a comunicação era feita com um oficial de ligação e só depois com o comandante da Força Militar. O entrevistado 5 refere o segmento C7.6 “Podia entrevistar livremente”, especificando que entrevistava praças, sargentos e oficiais.

Os entrevistados 6 e 9 assinalaram o segmento C7.7 “Adoção de práticas NATO com postura portuguesa mais informal.” Noutro sentido o entrevistado 4 refere os segmentos C7.1 “Relação muito institucional e muito formal”; C7.2 “É necessário ter um conjunto de conhecimentos um pouco morosos”; C7.3 “Se conheço as pessoas telefono e tento agilizar o processo” e C7.4 “Normalmente recebe-se um comunicado formal, que tem uma linguagem muito fechada”. Em suma, o entrevistado 4 expressa que a forma como a comunicação é conduzida não é a melhor e que podia ser feita de uma forma mais prática. Refere ainda que a comunicação entre ambos no TO tem margem para progredir.

Tabela 8 - Análise das respostas à questão C7

Questão C7							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C7.1	X						1
Segmentação C7.2	X						1
Segmentação C7.3	X						1
Segmentação C7.4	X						1
Segmentação C7.5		X		X			2
Segmentação C7.6		X					1
Segmentação C7.7			X			X	2
Segmentação C7.8			X	X	X	X	4

Nas respostas à questão C8: **“Considera que foram adotadas boas práticas entre jornalistas e militares de modo a potenciarem a missão da força militar? Se sim, como?”** foram referenciados cinco segmentos, tendo em conta a tabela 9. Destaca-se o segmento C8.1 “Sim”, que revela que todos responderam afirmativamente em relação ao uso de boas práticas, entre jornalistas e militares, com o objetivo de concorrerem para a consecução da missão. O entrevistado 5 expressa na resposta a esta questão que quanto mais entraves forem colocados aos jornalistas, maior será a probabilidade da informação que é divulgada sair com imprecisões e com falhas. Esta situação poderá prejudicar a força ou o cumprimento da missão em causa. O entrevistado 6 frisa que a adoção de práticas com uma postura portuguesa mais informal relativamente ao contacto com os jornalistas, permitiram em todas as situações potencializar a missão militar. O entrevistado 7 menciona que se forem dadas os requisitos ideais aos profissionais da comunicação social, isto é, boas condições para a captação de imagem e a disponibilidade dos militares, irá certamente contribuir para o cumprimento da missão.

Relativamente à segurança, o entrevistado 8 refere que havia uma preocupação permanente na adoção de boas práticas, com a finalidade de minimizar os riscos inerentes à presença dos jornalistas. Entenda-se o uso de telemóveis, que era condicionado, o barulho, havia uma disciplina de luzes e ruídos muito rígida principalmente em ambiente noturno, daí que até a luz acesa da câmara de filmar era um pormenor a ter em atenção. Motivo pelo qual referenciou o segmento C8.5 “Minimização dos riscos da presença dos jornalistas”.

O segmento C8.4 “Ambos devem chegar a um entendimento” foi respondido por três entrevistados. O entrevistado 5 salienta o pouco tempo que o jornalista passa no local e

que por isso se houver um entendimento de ambas as partes, este conseguirá rentabilizar o seu trabalho. O entrevistado 7 diz que se este entendimento for consumado o seu trabalho jornalístico terá um produto final muito melhor. O entrevistado 8 relata que um requisito fundamental para este entendimento, é a consciência de que os jornalistas estão no terreno com uma missão diferente da dos militares.

O entrevistado 4 menciona os segmentos C8.2 “A responsabilidade” e C8.3 “A honestidade” acrescentando que estes são duas características pelas quais se devem pautar os militares e os jornalistas, quando estão no TO. Se assim for haverá uma contribuição de ambos para o sucesso da missão.

Tabela 9 - Análise das respostas à questão C8

Questão C8							
Segmentação	Entrevistado						Frequência (n)
	4	5	6	7	8	9	
Segmentação C8.1	X	X	X	X	X	X	6
Segmentação C8.2	X						1
Segmentação C8.3	X						1
Segmentação C8.4		X		X		X	3
Segmentação C8.5					X		1

Capítulo 5

Conclusões e Recomendações

5.2 Respostas às perguntas derivadas e verificação das hipóteses

Este RCFTIA tem como objetivo geral: **“descrever a integração dos jornalistas em operações das FND e captar elementos relevantes para a potencialização das missões operacionais das unidades de Infantaria”**, através do estudo de caso do Kosovo (1999/2014). No presente capítulo, através da verificação das hipóteses e das respostas às questões derivadas, assim como à questão central pretende-se atingir o objetivo geral.

Nesta investigação as questões derivadas provêm dos objetivos específicos. Foram colocadas hipóteses a cada uma das questões derivadas. Desta forma, a resposta às questões derivadas expressa-se através da verificação ou refutação das hipóteses. Paralelamente, faz-se a averiguação de cada objetivo específico.

P.D.1: Qual o estado atual das relações entre os jornalistas e o Exército?

Esta questão foi enquadrada no capítulo dois, relativo à revisão da literatura e analisada no capítulo quatro com base no conteúdo das entrevistas. Os resultados apurados permitem concluir, que atualmente o Exército, em todos os TO em que está a atuar, inclusive no Kosovo, tem sempre por perto jornalistas. Assim, a instituição militar, para fazer face a esta situação, adota uma postura estratégica, procurando retirar vantagens da cobertura noticiosa. A proximidade com os jornalistas tem vantagens para as missões, e em contrapartida facilita as reportagens aos jornalistas. Desta forma, o Comandante de uma força quando faz relatos de ocorrência à comunicação social tem a possibilidade de comunicar com os públicos nacional, internacional e com as famílias dos militares. Importa salientar que quando existe contacto entre o Exército e os OCS, a SIPRP é a secção responsável por todas as informações que são passadas para a comunicação social.

Com base na análise das entrevistas, podemos dizer que, o Exército é atualmente uma instituição aberta à comunicação social e que tem havido uma evolução muito grande, uma vez que está disposto a relacionar-se com os OCS, de acordo com a panóplia de

acontecimentos e de eventualidades que são foco para a divulgação à comunidade civil. Na perspetiva dos militares entrevistados, geralmente os jornalistas adotam uma postura isenta e neutra. Relativamente às missões NATO é normal que tenham um maior impacto na comunicação social, desta forma os jornalistas têm que reger a sua atividade nos TO, inclusive no Kosovo, de acordo com o plano de comunicação do Exército tendo como referência a doutrina NATO.

Podemos neste momento verificar a primeira hipótese. **H1: “As relações entre o Exército e os jornalistas têm vindo a melhorar consideravelmente ao longo dos tempos.”**. Podemos verificar através da análise à pergunta derivada 1 que esta relação entre o Exército e os jornalistas está assente na cordialidade, no respeito mútuo, na postura extremamente profissional de ambas as partes e na flexibilidade. **Esta hipótese é assim verificada.**

P.D.2: “Qual a perceção dos jornalistas sobre a sua integração nas missões operacionais?”

No capítulo dois, abordaram-se aspetos teóricos destinados ao enquadramento desta problemática. Destacou-se o importante papel dos jornalistas, devido, à influência resultante do trabalho de projeção dos acontecimentos para a OP.

Os dados apurados permitem verificar que quando estão a fazer a cobertura jornalística, nomeadamente no TO do Kosovo, os jornalistas assumem o risco inerente das situações de conflito, tal, leva a que a força militar tenha atenção redobrada relativamente à presença de jornalistas na força, garantindo a sua proteção e sobrevivência. Há jornalistas que se sentem protegidos com a ajuda prestada pelos militares, mas outros afirmam que a proteção numa zona de conflito não existe. Relativamente às vantagens que a integração dos jornalistas numa Força Militar Portuguesa pode ter, é de referir a sua utilização como um meio de sensibilização na sociedade portuguesa, acerca da importância da missão e da participação de militares portugueses e também se assinala o impacto que tem a nível internacional.

Através das entrevistas aos jornalistas, surgiram também a tensão e desconfiança, sobretudo por parte das patentes mais altas. Tal desconfiança, quando surge, resulta, na opinião dos jornalistas, do receio de a reportagem transmitir uma imagem negativa do trabalho dos militares e de se temerem eventuais perturbações da missão. Importa referir, que a maioria dos militares sentiam-se agradados com a presença dos jornalistas no quartel, pois era o romper da rotina, de ver sempre as mesmas pessoas e podiam ter contacto com alguém do seu país com quem podiam conversar.

Assim podemos verificar a segunda hipótese. **H2: “A integração dos jornalistas nas missões operacionais é descrita com alguma desconfiança dependendo das situações.”**. Como foi apurado durante o TIA, a desconfiança é um sentimento que está presente no seio da instituição militar relativamente aos jornalistas, pois enquanto os militares cuidam de cumprir a missão com sucesso, e para isso muitas vezes é necessário a salvaguarda de algumas informações classificadas, os jornalistas pretendem ter acesso ao máximo de informação, já que o seu trabalho é o de informar. Isto causa, uma certa desconfiança. **Esta hipótese é validada.**

P.D.3: Como se processam, que rotinas se estabelecem nas formas de comunicação entre jornalistas e militares da arma de Infantaria?

Esta questão tem resposta nas entrevistas realizadas no decorrer da investigação. No Capítulo quatro podemos averiguar que as formas de comunicação que se estabelecem no quotidiano entre o Exército e os jornalistas são efetuadas via telefone e via *internet* maioritariamente. É de salientar, que com a *internet* faz-se uma comunicação diariamente, designadamente através da atualização da página do Exército. A frequência dos contatos entre jornalistas e militares depende também, do surgimento ou não de acontecimentos mediáticos com relevância para o conhecimento geral.

Verificando a “**H3: As rotinas que se estabelecem dependem das situações e processa-se quer presencialmente através de *briefings*, entrevistas, conversas informais, quer à distância por telefone e *e-mail*.”**. Para verificação desta hipótese devemos centrarmo-nos nas respostas obtidas nas entrevistas realizadas aos militares e aos jornalistas. Podemos verificar que, de acordo com respostas obtidas durante as entrevistas, os jornalistas afirmam que a comunicação era muito formal o que provocava um processo um pouco moroso. De outra forma, também se constatou que a conversa telefónica e a conversa informal resolvem a situação e permitem agilizar o processo, no que diz respeito à forma como o processo flui a comunicação entre o Exército e os OCS. **Posto isto, podemos afirmar que a hipótese 3 é validada.**

P.D.4: Que ações se podem desenvolver no âmbito do relacionamento entre militares e jornalistas de forma a potenciar as missões operacionais das unidades de Infantaria?

Podemos apurar que em Portugal a formação dos jornalistas, no que respeita a assuntos militares tem vindo a melhorar consideravelmente. Estas formações têm como objetivo promover a interação entre militares e jornalistas, incitando ao conhecimento recíproco do trabalho de ambas as partes. Estes cursos visam o conhecimento por parte dos

jornalistas das circunstâncias que envolvem um cenário de conflito, a aprendizagem de aspetos de primeiros socorros, de equipamento e armamento específico do TO em causa e na gestão do *stress* e orientação quando estão integrados em ambientes de guerra.

Há que ter em conta que estas formações também revelam utilidade para os militares, na medida em que cada vez mais é habitual haver OCS nos TO, e portanto criam-se condições para familiarizar os militares com as câmaras de televisão, e para saber dar em clima de guerra as informações estritamente necessárias à comunicação social, sem colocar em causa a missão da força.

De acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, tanto dos militares, como dos jornalistas, a existência de um conjunto de regras previamente conhecidas, designadamente em matéria de segurança é valorizada. E, facilita o trabalho dos jornalistas, por outro lado, tem importância na atividade operacional da força, visto que não tem que estar com total atenção à atividade jornalística, pois eles estão cientes daquilo que podem ou não fazer, e os militares centram-se essencialmente na missão que estão a desenvolver, concorrendo para o sucesso deste.

Analizando a **H4: “O estabelecimento um código de conduta tanto para os militares como para os jornalistas, destinado a explicar as limitações e possibilidades de cada um, de acordo com o TO em que estão inseridos, pode constituir uma boa prática no sentido de potenciar as missões.”** De acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, é de salientar que deverá haver um entendimento entre ambos e se cada uma das partes souber a importância e as limitações do trabalho da outra parte haverá certamente um produto final muito melhor e que vai colaborar para o cumprimento da missão. **Assim percebe-se que esta hipótese é validada.**

5.3 Resposta à questão central

De forma a cumprir com o objetivo geral do trabalho, resultante de toda a investigação, é pertinente responder à questão central: **Como otimizar o relacionamento com os jornalistas no âmbito das missões operacionais das unidades de Infantaria?**

O estudo de caso do TO do Kosovo (1999-2014), contribuiu para que fosse possível fazer uma confrontação entre a teoria e os dados recolhidos no trabalho de campo. A recolha da experiência de militares e de jornalistas no caso do Kosovo (1999-2014) permitiu retirar ilações deveras importantes relativamente ao tema em causa.

Com a posição de destaque que os OCS assumem atualmente, é de realçar o impacto que estes têm na opinião pública. Importa referir, que mediante a análise dos resultados obtidos, a instituição militar tem depositado um esforço notável em ser aberta à comunicação social. É disto exemplo a presença de jornalistas no TO do Kosovo, uma experiência que tantos os militares quanto os jornalistas valorizaram. Para se manter a até incrementar a cooperação entre o campo militar e o campo jornalístico é estritamente necessário manter um relacionamento entre ambos pautado no respeito mútuo, responsabilidade, honestidade, com o fim de eliminar a desconfiança e a falta de credibilidade de parte a parte. Também importa referir que quanto mais entraves forem colocados aos jornalistas, maior será a probabilidade da informação que é divulgada sair com imprecisões e com falhas. Há necessidade de estabelecer um conjunto de regras, assentes na disciplina, pelas quais os jornalistas se devem reger, quando estão incorporados com forças militares, com o fim de salvaguardar a segurança dos jornalistas, dos militares e que contribua para o êxito da atividade operacional levada a cabo pela FND.

Esta projeção mediática de jornalistas incorporados no TO deve ter em consideração quais as vantagens e desvantagens daí decorrentes, em termos da missão e da OP. Assim, deverá haver um maior investimento na formação, que coloquem militares e jornalistas num plano colaborativo. Isto para que exista uma sinergia de esforços no trabalho desempenhado por ambos no TO, que tenha contributos para alcançar o sucesso da missão operacional da força militar e para o esclarecimento público do papel das FA.

Referências Bibliográficas

- Castro, L. (2007). *Repórter de Guerra*. Cruz Quebrada: Editora Oficina do Livro.
- Coelho, Capitão-de-mar-e-guerra V. (2012). *Os Media como Vetores na Prossecução dos Objectivos Estratégicos das Forças Armadas*. Retirado: junho, 26, 2014, de http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/estudos-reflexoes/cadernosnavais/cadernos_navais_n40_janeiro_marco_2012.pdf.
- Fahmy, S. & Johnson, J. (2007). Embedded versus unilateral perspective on Iraq war. *Newspaper Research Journal*.
- Fernandes, I. (2009). *Dois olhares sobre o jornalismo em áreas de conflito armado: o jornalístico e o militar Kosovo – 1999/2001*. Retirado: fevereiro, 12, 2015, de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3275>.
- Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à realização*. (5.^a Ed.), Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3.^a Ed), Lisboa: Instituto Piaget.
- Griffin, M. (2004). *Picturing America's war on terrorismo in Afghanistan na Iraq. Photographic mofits as news frames*, Vol 5, 4, 381-402.
- Grade, P. (2007). *Repórteres de Guerra. Formação*. Retirado: maio, 17, 2014, de http://database.jornaldefesa.pt/doutrina_e_conceitos/Rep%C3%B3rteres%20de%20Guerra%20Forma%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. (1.^aEd.), Cascais: Princípia.
- Gurgel, M. & Costa, R. (2014). *Repórteres de Guerra. TV Notícias parte integrante do Diário de Notícias nº53096 e do Jornal de Notícias nº89/127*, 20-27.
- Lopes, A. (2011). *A presença de jornalistas nos teatros de operações e suas implicações nas operações militares*. Retirado: fevereiro, 10, 2014, de <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/8529?mode=full>.

- Loureiro, R. (2013). *O jornalismo português “incorporado”: circunstâncias, experiências e percepções*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa.
- Macedo, TCor S. (2009). A Formação de Jornalistas em Zonas de Conflito. *Azimute Revista Militar de Infantaria*. Nº187, 72-73.
- Machado, M. & Carvalho, S. (2004). *Exército e a Imprensa*. Lisboa: Editora Prefácio.
- Moraes, U. (2007). *Pierre Bourdieu: Campo, Habitus e Capital Simbólico. Um método de análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical em Curitiba (1971-1983)*. Retirado: fevereiro, 5, 2015, de http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses_moraes.pdf.
- Pereira, C. S. (1999). *Da Jugoslávia à Jugoslávia*. Lisboa: Editora Cotovia.
- Pereira, C. S. (2005). *Guerras da Informação*. Lisboa: Editora Tribuna da História.
- Pina, S. (2005). *Da realidade à ficção: a cobertura noticiosa da guerra no Iraque*. Retirado: fevereiro, 22, 2015, de <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2611/Da%20Realidade%20C3%A0%20Fic%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>.
- Quivy, R. & Campenhoutd, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (Marques, J., Mendes, M., Carvalho, M., Trad.). Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, A. D. (2001). *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Editora Presença.
- Santos, J. R. (2003 a). *A Verdade da Guerra*. Lisboa: Editora Gradiva.
- Santos, J. R. (2003 b) *Em directo da guerra. O impacto da Guerra do Golfo no discurso jornalístico*. Retirado: agosto, 27, 2014, de <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6119/5579>
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, C. Filho, E. & Rossoni, L. (2006). *Campos Organizacionais: Seis diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação*. Retirado: Fevereiro, 25, 2015 de <http://www.scielo.br/pdf/rac/v10nspe/v10nspea09.pdf>.
- Simon, J. (2003). *Journalists Are Owed Protection in Wartime*. Retirado: Março, 18, 2015 de <https://cpj.org/2004/12/journalists-are-owed-protection-in-wartime.php>.
- Smith, T. (2003). The real-time war. *Columbia Journalism Review*. Maio-Junho, 26-28.

- Sousa, J. (2008). *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. Retirado: março, 20, 2015 de <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios* (2.^a ed.). Lisboa: Pactor.
- Tuchman, G. (2002). *As notícias como uma realidade construída*. Lisboa: Editora Livros Horizonte.
- Velasco, H. & Rada, A. (1997). *La lógica de la investigación etnográfica*. Madrid: Trotta.

Legislação

- Assembleia da República, Lei nº1/99, “Estatuto do Jornalista”, 13/01/99, consultado em: fevereiro, 17, 2015, <http://www.legislacao.org/diario-primeira-serie/1999-01-13>
- Assembleia da República, Lei nº2/99, “Lei de Imprensa”, 13/01/99, consultado em: fevereiro, 17, 2015, <http://www.legislacao.org/diario-primeira-serie/1999-01-13>
- Assembleia da República, Lei nº2/2009, “Regulamento de Disciplina Militar”, 22/07/2009, consultado em: março, 15, 2015, <http://www.operacional.pt/docs/doc17.pdf>
- Assembleia da República, Lei nº5/2014, “Lei de Defesa Nacional”, 29/08/2014, consultado em: março, 15, 2015, http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Leis_area_Defesa.aspx#1.1
- Assembleia da República, Lei nº250/2014, “Lei Orgânica do Exército”, 29/12/2014, consultado em: março, 9, 2015, <http://www.emgfa.pt/pt/organizacao/legislacao>.
- Carta Nações Unidas. (1945). *Capítulo VII – Acção em caso de ameaça à paz e acto de agressão*. São Francisco. Retirado: 22, março, 2015 de <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter7.shtml>
- Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. (2012) – Resolução 1738/ - Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade.

Documentos Militares

- Exército Português. (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa.
- IDN. (2012). *Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (CSDJ)*. Lisboa.
- NATO. (1999). *Resolução 1244*. Retirado: fevereiro, 22, 2015, de <http://www.nato.int/kosovo/docu/u990610a.htm>.

Pentágono. (2004). *Public Affairs Guidance*. Washington. Retirado: abril, 23, 2015, de <http://www.aclu.org/files/projects/foiasearch/pdf/DOD045833.pdf>.

Apêndices

Apêndice A

Amostragem das entrevistas

Tabela 10 - Caracterização dos entrevistados

N.º	Posto/Nome	Função	Data da entrevista	Local da entrevista	Militar/Jornalista
1	Tenente-Coronel Góis Pires	Porta-voz do Exército	31MAR15	EME	Militar
2	Tenente-Coronel Fernando Gonçalves	Cmdt 2BI (2013)	18MAR15	No seu domicílio na Guarda	Militar
3	Tenente-Coronel Brito Teixeira	Cmdt 1BIMec (2014)	09MAI15	CFT	Militar
4	Cândida Pinto	Apresentadora, jornalista	20MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide	Jornalista
5	Armando Seixas Ferreira	Jornalista	22MAR15	Instalações da RTP em Lisboa	Jornalista
6	Aurélio Faria	Jornalista	21MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide	Jornalista
7	José Silva	Repórter de Imagem	21MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide	Jornalista
8	Pedro Freitas	Jornalista	28MAR15	Instalações da SIC em Carnaxide	Jornalista
9	Duarte Valente	Jornalista e editor	23MAR15	Instalações da RTP no Porto	Jornalista

Apêndice B

Guião de entrevista ao Porta-voz do Exército



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria”

GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista é um instrumento válido de apoio à análise científica que se enquadra no Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que é parte integrante do mestrado em Ciências Militares do curso de Infantaria, da Academia Militar, que tem como tema “A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria.” O trabalho tem como objetivo geral de estudo, **descrever a integração dos jornalistas em operações das FND e captar elementos relevantes para a potencialização das missões operacionais das unidades de Infantaria.**

A entrevista será analisada de forma qualitativa e servirá como auxílio da investigação na sua parte prática, com o objetivo de verificar as hipóteses formuladas.

A sua participação voluntária nesta entrevista, representa uma ajuda fundamental e uma mais-valia para este trabalho, dada a sua experiência sobre a temática.

Muito obrigado pela sua colaboração

Cristiano Monteiro

Aspirante de Infantaria

Lisboa, março 2015

Antes de começar a entrevista gostaria de saber se tem alguma dúvida acerca do trabalho e sobre a entrevista?

Gostaria de gravar esta entrevista para a poder utilizar no trabalho que estou a realizar. Tem alguma objeção quanto à gravação da entrevista?

Nome: _____

Cargo / Posto: _____ **Função:** _____

Unidade/local: _____ **Distrito:** _____

Data: _____ **Hora de início:** _____ **Hora do fim:** _____

A1: Atualmente, em que medida o Exército é considerado uma instituição aberta à comunicação social?

A2: Quais são os meios utilizados pelo Exército para emitir notícias?

A3: Quais as formas e com que frequência se estabelece a comunicação entre o Exército e os jornalistas?

A4: Como Porta-voz do Exército acha que as notícias transmitidas pelos jornalistas são fiéis às informações facultadas pelo Exército? Porquê?

A5: Do seu ponto de vista, de que forma os jornalistas transmitem uma imagem positiva sobre a instituição?

A6: Acha que existe uma formação adequada dos jornalistas que são destacados para zonas de conflito, que lhes permita desempenhar o seu trabalho perante as exigências do TO?

A7: Considera que os jornalistas que acompanham as Forças Militares em atividades/operações, em missões no exterior, podem contribuir para o cumprimento da missão? Porquê?

A8: Que boas práticas, entre jornalistas e militares, acha que podem potencializar o trabalho desempenhado por ambos nos diversos TO no exterior?

Apêndice C
Guião de entrevista aos militares Comandantes da Força Militar no
Kosovo em 2013 e 2014



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria”

GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista é um instrumento válido de apoio à análise científica que se enquadra no Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que é parte integrante do mestrado em Ciências Militares do curso de Infantaria, da Academia Militar, que tem como tema *A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria*. O trabalho tem como objetivo geral de estudo, **descrever a integração dos jornalistas em operações das FND e captar elementos relevantes para a potencialização das missões operacionais das unidades de Infantaria**.

A entrevista será analisada de forma qualitativa e servirá como auxílio da investigação na sua parte prática, com o objetivo de verificar as hipóteses formuladas.

A sua participação voluntária nesta entrevista, representa uma ajuda fundamental e uma mais-valia para este trabalho, dada a sua experiência sobre a temática.

Muito obrigado pela sua colaboração

Cristiano Monteiro

Aspirante de Infantaria

Lisboa, março 2015

Antes de começar a entrevista gostaria de saber se tem alguma dúvida acerca do trabalho e sobre a entrevista?

Gostaria de gravar esta entrevista para a poder utilizar no trabalho que estou a realizar. Tem alguma objecção quanto à gravação da entrevista?

Nome: _____

Cargo / Posto: _____ **Função:** _____

Unidade/local: _____ **Distrito:** _____

Data: _____ **Hora de início:** _____ **Hora do fim:** _____

B1: A força multinacional Kosovo Force (KFOR) adotou a doutrina OTAN no que se refere à informação pública, como eram mantidas as relações militares-jornalistas no caso da Força Militar Portuguesa?

B2: De que forma era mantida a comunicação entre os militares da Força Militar Portuguesa no Kosovo e os jornalistas?

B3: Como descreve a relação que os militares da Força Militar Portuguesa no Kosovo com os jornalistas portugueses?

B4: Houve jornalistas que estiveram integrados no seio da força? Foi benéfico?

B5: Na sua opinião qual era a perceção que os jornalistas portugueses tinham do trabalho desenvolvido pelos militares da FND?

B6: No seu entender como comandante da FND, verificou que ocorreu uma maior atividade nos contactos com a comunicação social, pelo facto de estar inserido numa missão OTAN?

B7: Em algum momento os jornalistas acompanharam os militares no terreno? Acha que a

formação dos jornalistas era adequada para lidar com os militares?

B8: Do seu ponto de vista, a incorporação dos jornalistas no TO Kosovo contribui de alguma forma para o cumprimento da missão da FND?

B9: Considera que foram adotadas boas práticas entre jornalistas e militares de modo a potenciarem a missão da FND? Se sim, como?

Apêndice D

Guião de entrevista para jornalistas



ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria”

GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista é um instrumento válido de apoio à análise científica que se enquadra no Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que é parte integrante do mestrado em Ciências Militares do curso de Infantaria, da Academia Militar, que tem como tema “A integração de profissionais dos Órgãos de Comunicação Social nas missões táticas das unidades de Infantaria.” O trabalho tem como objetivo geral de estudo, **descrever a integração dos jornalistas em operações das FND e captar elementos relevantes para a potencialização das missões operacionais das unidades de Infantaria.**

A entrevista será analisada de forma qualitativa e servirá como auxílio da investigação na sua parte prática, com o objetivo de verificar as hipóteses formuladas.

A sua participação voluntária nesta entrevista, representa uma ajuda fundamental e uma mais-valia para este trabalho, dada a sua experiência sobre a temática.

Muito obrigado pela sua colaboração

Cristiano Monteiro

Aspirante de Infantaria

Lisboa, março 2015

Antes de começar a entrevista gostaria de saber se tem alguma dúvida acerca do trabalho e sobre a entrevista?

Gostaria de gravar esta entrevista para a poder utilizar no trabalho que estou a realizar. Tem alguma objeção quanto à gravação da entrevista?

Nome: _____

Cargo / Posto: _____ **Função:** _____

Unidade/local: _____ **Distrito:** _____

Data: _____ **Hora de início:** _____ **Hora do fim:** _____

C1: Como descreve a relação dos jornalistas com os militares?

C2: A sua formação (serviço militar obrigatório, cursos, ações de formação, experiência, etc) dava resposta às exigências do TO com o qual se deparou para fazer o seu trabalho e para lidar com os militares portugueses?

C3: Qual era a sua perceção sobre a opinião dos militares portugueses, acerca do papel dos jornalistas no terreno?

C4: Estiveram integrados no seio da força ou acompanharam os militares em algumas operações?

C5: Quando acompanhavam os militares nas suas atividades/operações sentiam-se seguros?

C6: Acha que contribuíram de alguma forma para o cumprimento da missão operacional?

C7: De que forma era feita a comunicação entre os jornalistas e os militares?

C8: Considera que foram adotadas boas práticas entre jornalistas e militares de modo a potenciarem a missão da força militar? Se sim, como?

Apêndice E

Codificação Alfanumérica das entrevistas

Tabela 11 - Codificação alfanumérica da entrevista ao atual Porta-voz do Exército

Codificação alfanumérica da entrevista ao TCor Góis Pires	
Questão A1	
Atualmente, em que medida o Exército é considerado uma instituição aberta à comunicação social?	
Segmentação A1.1	Esclarecimento de situações que estejam a decorrer
Segmentação A1.2	Divulgação na comunicação social de eventos
Segmentação A1.3	Divulgação em situações de crise, quando há um incidente ou acidente o Exército presta os esclarecimentos factuais
Segmentação A1.4	Rumores, especulações ou boatos o Exército não interfere
Questão A2	
Quais são os meios utilizados pelo Exército para emitir notícias?	
Segmentação A2.1	O exército utiliza a comunicação televisiva, radiofónica, a internet e a escrita
Segmentação A2.2	A nível televisivo existe um convite a OCS televisivos
Segmentação A2.3	Relativamente à internet existe um site do Exército que divulga as atividades do exército;
Segmentação A2.4	Também existe a intranet de interesse mais militar do que propriamente do
Questão A3	
Quais as formas e com que frequência se estabelece a comunicação entre o Exército e os jornalistas?	
Segmentação A3.1	Todos os dias são lançadas notícias na internet
Segmentação A3.2	Todos os acontecimentos de relevo e que devam ser do interesse público
Segmentação A3.3	Não existe um padrão depende da agenda mediática
Segmentação A3.4	Via telefone ou via internet
Questão A4	
Como Porta-voz do Exército acha que as notícias transmitidas pelos jornalistas são fiéis às informações facultadas pelo Exército? Porquê?	
Segmentação A4.1	Existe uma relação de respeito mútuo
Segmentação A4.2	Poderei apontar a um ou outro jornalista, que mediante o seu quadro de referência podem fazer comentários à informação que lhes é dada
Segmentação A4.3	Tenho a perceção de que temos sido respeitados
Questão A5	
Do seu ponto de vista, de que forma os jornalistas transmitem uma imagem positiva sobre a instituição?	
Segmentação A5.1	Depende. Há jornalistas que dão uma imagem positiva
Segmentação A5.2	Há jornalistas que têm uma postura isenta inibem-se de fazer comentários

Segmentação A5.3	Há jornalistas que por muita informação lhe forneçam não se privam de tecer comentários
Segmentação A5.4	Na generalidade são isentos e neutros
Questão A6 Acha que existe uma formação adequada dos jornalistas que são destacados para zonas de conflito, que lhes permita desempenhar o seu trabalho perante as exigências do TO?	
Segmentação A6.1	O exército promove uma formação designada de Curso de Jornalistas para Zonas de Conflito
Segmentação A6.2	Esta formação tem sido elogiada
Segmentação A6.3	Tem que haver disciplina dos jornalistas quando estão em conjunto com forças militares tendo em linha de vista a segurança deles segurança dos militares e das matérias classificadas
Questão A7 Considera que os jornalistas que acompanham as Forças Militares em atividades/operações, em missões no exterior, podem contribuir para o cumprimento da missão? Porquê?	
Segmentação A7.1	Sim, podem. Grande parte das operações militares tem um grande acompanhamento mediático
Segmentação A7.2	Esse acompanhamento permite a compreensão do porquê da participação de nacionais em determinado tipo de situações
Segmentação A7.3	Cria um <i>back office</i> positivo relativamente aos próprios militares
Questão A8 “Que boas práticas, entre jornalistas e militares, acha que podem potenciar o trabalho desempenhado por ambos nos diversos TO’s no exterior?”	
Segmentação A8.1	Respeito mútuo
Segmentação A8.2	Transparência
Segmentação A8.3	Honestidade
Segmentação A8.4	Compreensão mútua

Tabela 12 - Codificação alfanumérica às entrevistas dos Comandantes da Força Militar no Kosovo em 2013 e 2014

Codificação alfanumérica da entrevista ao TCor Fernando Gonçalves e ao TCor Brito Teixeira	
Questão B1 A força multinacional Kosovo Force (KFOR) adotou a doutrina OTAN no que se refere à informação pública, como eram mantidas as relações militares-jornalistas no casoda Força Militar Portuguesa?	
Segmentação B1.1	As diretrizes referentes a esta matéria eram bem explícitas
Segmentação B1.2	Havia um Oficial de Relações Públicas que fazia cumprir as determinações dos escalões superiores da KFOR e do Cmd do Batalhão
Segmentação B1.3	Executou o plano de comunicação determinado pelo Exército, alinhado com a doutrina NATO.
Questão B2 De que forma era mantida a comunicação entre os militares da Força Militar Portuguesa no Kosovo e os jornalistas?	

Segmentação B2.1	Os contactos com os jornalistas aconteceram em momentos considerados normais (exercícios finais de aprontamento, projeção da força, visita do MDN na época natalícia e regresso do contingente);
Segmentação B2.2	Os contactos foram autorizados pelo EME ou pelo EMGFA
Segmentação B2.3	Oficial de Relações Públicas desenvolveu o seu trabalho de acordo com as diretivas superiores
Segmentação B2.4	Através de um planeamento centralizado e execução descentralizada.
Questão B3 Como descreve a relação dos militares da Força Militar Portuguesa no Kosovo os jornalistas portugueses?	
Segmentação B3.1	Relação sempre cordial sem restrições
Segmentação B3.2	Os militares estavam sensibilizados para esta matéria
Segmentação B3.3	Tinham a consciência de que havia assuntos que não deviam ser tratados por serem estritamente de foro da Força
Questão B4 Houve jornalistas que estiveram integrados no seio da força? Foi benéfico?	
Segmentação B4.1	Esse facto não se verificou
Segmentação B4.2	A sua presença pode ser benéfica para a Força, uma vez que sensibiliza a opinião acerca da importância da missão
Segmentação 4.3	Sim, foi uma situação benéfica para as partes envolvidas, sem afetar o compromisso da liberdade da informação.
Questão B5 Na sua opinião qual era a perceção que os jornalistas portugueses tinham do trabalho desenvolvido pelos militares da FND?	
Segmentação B5.1	Perceção de que o trabalho estava a ser bem desenvolvido
Segmentação B5.2	Transmitia a forma profissional e isenta como os militares portugueses cumprem as suas missões
Segmentação B5.3	Admiração, surpresa e orgulho.
Questão B6 No seu entender como comandante da FND, verificou que ocorreu uma maior atividade nos contactos com a comunicação social, pelo facto de estar inserido numa missão OTAN?	
Segmentação B6.1	É natural que desperte mais interesse do que a atividade normal em território nacional
Questão B7 Em algum momento os jornalistas acompanharam os militares no terreno? Acha que a formação dos jornalistas era adequada para lidar com os militares?	
Segmentação B7.1	Tal facto não se verificou
Segmentação B7.3	Sim. O requisito operacional para que este facto se materializasse está associado no garantir permanente da proteção da força.
Questão B8 Do seu ponto de vista, a incorporação dos jornalistas no TO Kosovo contribui de alguma forma para o cumprimento da missão da FND?	
Segmentação B8.1	Não se verificou
Segmentação B8.2	Pode ser benéfica para a divulgação da importância da participação dos militares portugueses nas missões internacionais

Segmentação B8.3	No cumprimento da missão propriamente dita não.
Questão B9 Considera que foram adotadas boas práticas entre jornalistas e militares de modo a potenciarem a missão da FND? Se sim, como?	
Segmentação B9.1	Boas práticas foram conseguidas
Segmentação B9.2	Oficial de Relações Públicas em consonância com o Cmd do Batalhão compilava artigos de informação que eram enviados para as relações públicas do EMGFA e ou da KFOR
Segmentação B9.3	Dar a conhecer as principais atividades do Batalhão e promover a imagem do Exército Português

Tabela 13 - Codificação alfanumérica das entrevistas aos jornalistas

Codificação alfanumérica da entrevista aos Jornalistas	
Questão C1 Como descreve a relação dos jornalistas com os militares?	
Segmentação C1.1	Houve uma evolução muito grande
Segmentação C1.2	Existe uma certa desconfiança
Segmentação C1.3	Muitas vezes os militares não gostam que nós estejamos no mesmo local e no mesmo momento que eles
Segmentação C1.4	Esta relação tem sempre um bocadinho de tensão
Segmentação C1.5	Militares perceberam que ter os jornalistas do seu lado tem vantagens e facilita as reportagens
Segmentação C1.6	Extremamente profissional e flexível
Questão C2 A sua formação (serviço militar obrigatório, cursos, ações de formação, experiência, etc) dava resposta às exigências do TO do Kosovo para fazer o seu trabalho e para lidar com os militares portugueses?	
Segmentação C2.1	Os contactos com os jornalistas aconteceram em momentos considerados normais (exercícios finais de aprontamento, projeção da força, visita do MDN na época natalícia e regresso do contingente);
Segmentação C2.2	Os contactos foram autorizados pelo EME ou pelo EMGFA
Segmentação C2.3	Oficial de Relações Públicas desenvolveu o seu trabalho de acordo com as diretivas superiores
Segmentação C2.4	A experiência foi-me dando a formação no terreno, para saber lidar com situações que envolvem militares
Segmentação C2.5	O mais importante é seguir à risca o que o oficial pelas operações diz
Questão C3 Qual era a sua perceção sobre a opinião dos militares portugueses, acerca do papel dos jornalistas no terreno?	
Segmentação C3.1	Depende das situações
Segmentação C3.2	Surgiram alguns desentendimentos
Segmentação C3.3	Desconfiança

Segmentação C3.4	Muito bem recebido pelos militares
Questão C4 Estiveram integrados no seio da força ou acompanharam os militares em algumas operações?	
Segmentação C4.1	Já estive integrado no seio da força
Segmentação C4.2	Acompanhava-mos os militares em várias operações
Segmentação C4.3	Em exercícios de treino
Segmentação C4.4	Missões reais
Questão C5 Quando acompanhavam os militares nas suas atividades/operações sentiam-se seguros?	
Segmentação C5.1	Sim
Segmentação C5.2	Os militares proporcionam boas condições de segurança
Segmentação C5.3	Sentia-se seguro por estar com alguém conhecido da comunidade
Segmentação C5.4	Situação de instabilidade
Segmentação C5.5	Nem mais nem menos seguros
Questão C6 Acha que contribuíram de alguma forma para o cumprimento da missão operacional?	
Segmentação C6.1	Sim, contribuía para o sucesso da missão em Portugal
Segmentação C6.2	Permite que os jornalistas conheçam as missões que os militares fazem e dar a conhecer à população portuguesa
Segmentação C6.3	Minimizar as vozes críticas aos custos operacionais no erário público
Segmentação C6.4	Quanto menor a presença no seio da força, melhor será o desempenho da missão
Questão C7 De que forma era feita a comunicação entre os jornalistas e os militares?	
Segmentação C7.1	Relação muito institucional e muito formal
Segmentação C7.2	É necessário ter um conjunto de conhecimentos um pouco morosos
Segmentação C7.3	Se conheço as pessoas telefono e tento agilizar o processo
Segmentação C7.4	Normalmente recebe-se um comunicado formal, que tem uma linguagem muito fechada
Segmentação C7.5	Comunicação era feita pelo comando da força
Segmentação C7.6	Podia entrevistar livremente
Segmentação C7.7	Adoção de práticas NATO com postura portuguesa mais informal
Segmentação C7.8	Através de oficiais de ligação
Questão C8 Considera que foram adotadas boas práticas entre jornalistas e militares de modo a potenciarem a missão da força militar? Se sim, como?	
Segmentação C8.1	Sim
Segmentação C8.2	A responsabilidade
Segmentação C8.3	A honestidade
Segmentação C8.4	Ambos devem chegar a um entendimento
Segmentação C8.5	Minimização dos riscos da presença dos jornalistas

Apêndice F

Análise de conteúdo das respostas ao Porta-voz do Exército

Tabela 14 - Análise de conteúdo da questão A1

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none"> - Esclarecimento de situações que estejam a decorrer - Divulgação na comunicação social de eventos; - Divulgação em situações de crise, quando há um incidente ou acidente o Exército presta os esclarecimentos factuais; - Rumores, especulações ou boatos o exército não interfere. 	A1.1 A1.2 A1.3 A1.4

Tabela 15 - Análise de conteúdo da questão A2

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none"> - O exército utiliza a comunicação televisiva, radiofónica, a internet e a escrita; - A nível televisivo existe um convite a OCS televisivos; - Relativamente à internet existe um site do Exército que divulga as atividades do exército; - Também existe a intranet de interesse mais militar do que propriamente do interesse geral. 	A2.1 A2.2 A2.3 A2.4

Tabela 16 - Análise de conteúdo da questão A3

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os dias são lançadas notícias na internet; - Todos os acontecimentos de relevo e que devam ser do interesse público; - Não existe um padrão depende da agenda mediática; - Via telefone ou via internet; 	A3.1 A3.2 A3.3 A3.4

Tabela 17 - Análise de conteúdo da questão A4

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none"> - Existe uma relação de respeito mútuo; - Poderei apontar a um ou outro jornalista, que mediante o seu quadro de referência podem fazer comentários à informação que lhes é dada; - Tenho a percepção de que temos sido respeitados. 	A4.1 A4.2 A4.3

Tabela 18 - Análise de conteúdo da questão A5

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none"> - Depende. Há jornalistas que dão uma imagem positiva; - Há jornalistas que têm uma postura isenta inibem-se de fazer comentários; - Há jornalistas que por muita informação lhe forneçam não se privam de tecer comentários. - Na generalidade são isentos e neutros; 	A5.1 A5.2 A5.3 A5.4

Tabela 19 - Análise de conteúdo da questão A6

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none"> - O exército promove uma formação designada de Curso de Jornalistas para Zonas de Conflito; - Esta formação tem sido elogiada; - Tem que haver disciplina dos jornalistas quando estão em conjunto com forças militares tendo em linha de vista a segurança deles segurança dos militares e das matérias classificadas. 	A6.1 A6.2 A6.3

Tabela 20 - Análise de conteúdo da questão A7

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none"> - Sim, podem. Grande parte das operações militares tem um grande acompanhamento mediático. - Esse acompanhamento permite a compreensão do porquê da participação de nacionais em determinado tipo de situações; - Cria um <i>back office</i> positivo relativamente aos próprios militares. 	A7.1 A7.2 A7.3

Tabela 21 - Análise de conteúdo da questão A8

Entrevistado (Militar)	Ideia chave	Seg.
1	<ul style="list-style-type: none">- Respeito mútuo;- Transparência;- Honestidade;- Compreensão mútua.	A8.1 A8.2 A8.3 A8.4

Apêndice G

Análise de conteúdo das respostas aos militares Comandantes da Força Militar no Kosovo em 2013 e 2014

Tabela 22 - Análise de conteúdo da questão B1

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- As diretrizes referentes a esta matéria eram bem explícitas; - Havia um Oficial de Relações Públicas que fazia cumprir as determinações dos escalões superiores da KFOR e do Cmd do Batalhão;	B1.1 B1.2
3	- As diretrizes referentes a esta matéria eram bem explícitas.	B1.1

Tabela 23 - Análise de conteúdo da questão B2

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- Os contactos com os jornalistas aconteceram em momentos considerados normais(exercícios finais de aprontamento, projeção da força, visita do MDN na época natalícia e regresso do contingente); - Os contactos foram autorizados pelo EME ou pelo EMGFA; - Oficial de Relações Públicas desenvolveu o seu trabalho de acordo com as diretivas superiores.	B2.1 B2.2 B2.3
3	- Através de um planeamento centralizado e execução descentralizada.	B2.4

Tabela 24 - Análise de conteúdo da questão B3

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- Relação sempre cordial sem restrições; - Os militares estavam sensibilizados para esta matéria; - Tinham a consciência de que havia assuntos que não deviam ser tratados por serem estritamente de foro da Força.	B3.1 B3.2 B3.3
3	- Os militares estavam sensibilizados para esta matéria	B3.2

Tabela 25 - Análise de conteúdo da questão B4

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- Esse facto não se verificou; - A sua presença pode ser benéfica para a Força, uma vez que sensibiliza a opinião acerca da importância da missão.	B4.1 B4.2
3	- Sim, foi uma situação benéfica para as partes envolvidas, sem afetar o compromisso da liberdade da informação.	B4.3

Tabela 26 - Análise de conteúdo da questão B5

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- Perceção de que o trabalho estava a ser bem desenvolvido; - Transmitia a forma profissional e isenta como os militares portugueses cumprem as suas missões.	B5.1 B5.2
3	- Perceção de que o trabalho estava a ser bem desenvolvido; - Admiração, surpresa e orgulho.	B5.1 B5.3

Tabela 27 - Análise de conteúdo da questão B6

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- É natural que desperte mais interesse do que a atividade normal em território nacional.	B6.1
3	- Sim, é natural que desperte mais interesse do que a atividade normal em território nacional.	B6.1

Tabela 28 - Análise de conteúdo da questão B7

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- Tal facto não se verificou.	B7.1
3	- Sim. O requisito operacional para que este facto se materializasse está associado no garantir permanente da proteção da força.	B7.2

Tabela 29 - Análise de conteúdo da questão B8

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- Não se verificou; - Pode ser benéfica para a divulgação da importância da participação dos militares portugueses nas missões internacionais.	B8.1 B8.2
3	- Pode ser benéfica para a divulgação da importância da participação dos militares portugueses nas missões internacionais. - No cumprimento da missão propriamente dita não.	B8.2 B8.3

Tabela 30 - Análise de conteúdo da questão B9

Entrevistados (Militares)	Ideia chave	Seg.
2	- Boas práticas foram conseguidas; - Oficial de Relações Públicas em consonância com o Cmd do Batalhão compilava artigos de informação que eram enviados para as relações públicas do EMGFA e ou da KFOR; - Dar a conhecer as principais atividades do Batalhão e promover a imagem do Exército Português.	B9.1 B9.2 B9.3
3	Boas práticas foram conseguidas;	B9.1

Apêndice H

Análise de conteúdo das respostas aos jornalistas

Tabela 31 - Análise de conteúdo da questão C1

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Houve uma evolução muito grande; - Existe uma certa desconfiança; - Muitas vezes os militares não gostam que nós estejamos no mesmo local e no mesmo momento que eles; - Esta relação tem sempre um bocadinho de tensão. 	C1.1 C1.2 C1.3 C1.4
5	<ul style="list-style-type: none"> - Houve uma evolução muito grande; - Existe uma certa desconfiança; - Militares perceberam que ter os jornalistas do seu lado tem vantagens e facilita as reportagens; - Esta relação tem sempre um bocadinho de tensão. 	C1.1 C1.2 C1.5 C1.4
6	<ul style="list-style-type: none"> - Houve uma evolução muito grande; - Esta relação tem sempre um bocadinho de tensão; 	C1.1 C1.4
7	- Extremamente profissional e flexível	C1.6
8	- Militares perceberam que ter os jornalistas do seu lado tem vantagens e facilita as reportagens;	C1.5
9	- Existe uma certa desconfiança;	C1.2

Tabela 32 - Análise de conteúdo da questão C2

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Não frequentei ações de formação nesta área; - As pessoas que querem trabalhar esta área devem ter estes cursos, porque lança alertas importantes para a própria vida e sobrevivência dos jornalistas; - A experiência foi-me dando a formação no terreno, para saber lidar com situações que envolvem militares. 	C2.1 C2.2 C2.3
5	<ul style="list-style-type: none"> - A experiência foi-me dando a formação no terreno, para saber lidar com situações que envolvem militares; - frequentei ações de formação nesta área; 	C2.3 C2.4
6	- frequentei ações de formação nesta área;	C2.4
7	- O mais importante é seguir à risca o que o oficial pelas operações diz.	C2.5
8	<ul style="list-style-type: none"> - frequentei ações de formação nesta área; - As pessoas que querem trabalhar esta área devem ter estes cursos, porque lança alertas importantes para a própria vida e sobrevivência dos 	C2.4 C2.2

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
	jornalistas;	
9	- A experiência foi-me dando a formação no terreno, para saber lidar com situações que envolvem militares.	C2.3

Tabela 33 - Análise de conteúdo da questão C3

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	- Depende das situações; - Surgiram alguns desentendimentos; - Desconfiança; - Muito bem recebido pelos militares	C3.1 C3.2 C3.3 C3.4
5	- Depende das situações; - Muito bem recebido pelos militares; - Surgiram alguns desentendimentos; - Desconfiança;	C3.1 C3.4 C3.2 C3.3
6	- Depende das situações; - Muito bem recebido pelos militares.	C3.1 C3.4
7	- Muito bem recebido pelos militares	C3.4
8	- Muito bem recebido pelos militares;	C3.4
9	- Desconfiança;	C3.3

Tabela 34 - Análise de conteúdo da questão C4

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	- Já estive integrado no seio da força; - Acompanhava-mos os militares em várias operações	C4.1 C4.2
5	- Já estive integrado no seio da força; - Acompanhava-mos os militares em várias operações	C4.1 C4.2
6	- Já estive integrado no seio da força; - Acompanhava-mos os militares em várias operações.	C4.1 C4.2
7	- Já estive integrado no seio da força; - Acompanhava-mos os militares em várias operações.	C4.1 C4.2
8	- Já estive integrado no seio da força; - Acompanhava-mos os militares em várias operações.	C4.1 C4.2
9	- Já estive integrado no seio da força; - Acompanhava-mos os militares em várias operações. - Em exercícios de treino; - Missões reais.	C4.1 C4.2 C4.3 C4.4

Tabela 35 - Análise de conteúdo da questão C5

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	- Sim; - Os militares proporcionam boas condições de segurança.	C5.1 C5.2
5	- Sim; - Os militares proporcionam boas condições de segurança.	C5.1 C5.2
6	- Sentia-se seguro por estar com alguém conhecido da comunidade; - Situação de instabilidade; - Nem mais nem menos seguros;	C5.3 C5.4 C5.5
7	- Situação de instabilidade;	C5.4
8	- Situação de instabilidade;	C5.4
9	- Sim; - Os militares proporcionam boas condições de segurança.	C5.1 C5.2

Tabela 36 - Análise de conteúdo da questão C6

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	- Sim, contribuía para o sucesso da missão em Portugal. - Permite que os jornalistas conheçam as missões que os militares fazem e dar a conhecer à população portuguesa.	C6.1 C6.2
5	- Sim, contribuía para o sucesso da missão em Portugal.	C6.1
6	- Sim, contribuía para o sucesso da missão em Portugal. - Permite que os jornalistas conheçam as missões que os militares fazem e dar a conhecer à população portuguesa. - Minimizar as vozes críticas aos custos operacionais no erário público.	C6.1 C6.2 C6.3
7	- Permite que os jornalistas conheçam as missões que os militares fazem e dar a conhecer à população portuguesa.	C6.2
8	- Permite que os jornalistas conheçam as missões que os militares fazem e dar a conhecer à população portuguesa; - Sim, contribuía para o sucesso da missão em Portugal.	C6.2 C6.1
9	- Permite que os jornalistas conheçam as missões que os militares fazem e dar a conhecer à população portuguesa; - Quanto menor a presença no seio da força, melhor será o desempenho da missão.	C6.2 C6.4

Tabela 37 - Análise de conteúdo da questão C7

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	- Relação muito institucional e muito formal - É necessário ter um conjunto de conhecimentos um pouco morosos; - Se conheço as pessoas telefono e tento agilizar o processo;	C7.1 C7.2 C7.3

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	- Normalmente recebe-se um comunicado formal, que tem uma linguagem muito fechada;	C7.4
5	- Comunicação era feita pelo comando da força; - Podia entrevistar livremente.	C7.5 C7.6
6	- Adoção de práticas NATO com postura portuguesa mais informal; - Através de oficiais de ligação.	C7.7 C7.8
7	- Através de oficiais de ligação; - Comunicação era feita pelo comando da força;	C7.8 C7.5
8	- Através de oficiais de ligação;	C7.8
9	- Através de oficiais de ligação; - Adoção de práticas NATO com postura portuguesa mais informal.	C7.8 C7.7

Tabela 38 - Análise de conteúdo da questão C8

Entrevistados (Jornalistas)	Ideia chave	Seg.
4	- Sim; - A responsabilidade; - A honestidade	C8.1 C8.2 C8.3
5	- Sim; - Ambos devem chegar a um entendimento.	C8.1 C8.4
6	- Sim;	C8.1
7	- Sim; - Ambos devem chegar a um entendimento.	C8.1 C8.4
8	- Sim; - Minimização dos riscos da presença dos jornalistas;	C8.1 C8.5
9	- Sim; - Ambos devem chegar a um entendimento.	C8.1 C8.4

Anexos

Anexo A

Código Deontológico do Jornalista

(Aprovado em 4 de Maio de 1993)

1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
2. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
3. O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
4. O jornalista deve utilizar meios legais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.
5. O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e actos profissionais, assim como promover a pronta rectificação das informações que se revelem inexactas ou falsas. O jornalista deve também recusar actos que violentem a sua consciência.
6. O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
7. O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.
8. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade, ou sexo.

9. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos excepto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.
10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse.

Anexo B

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem;

Considerando que é essencial a proteção dos direitos do Homem através de um regime de direito, para que o Homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declaram resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico

ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3º

Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11º

1.Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2.Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13º

1.Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2.Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º

1.Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2.Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º

1.Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2.Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16º

1.A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2.O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3.A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

Artigo 17º

1.Toda a pessoa, individual ou colectiva, tem direito à propriedade.

2.Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20º

1.Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

2.Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21º

1.Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios, públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2.Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3.A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23º

1.Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.

2.Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.

3.Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.

4.Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e as férias periódicas pagas.

Artigo 25º

1.Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2.A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26º

1.Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2.A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3.Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27º

1.Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2.Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29º

1.O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2.No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3.Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente e aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30º

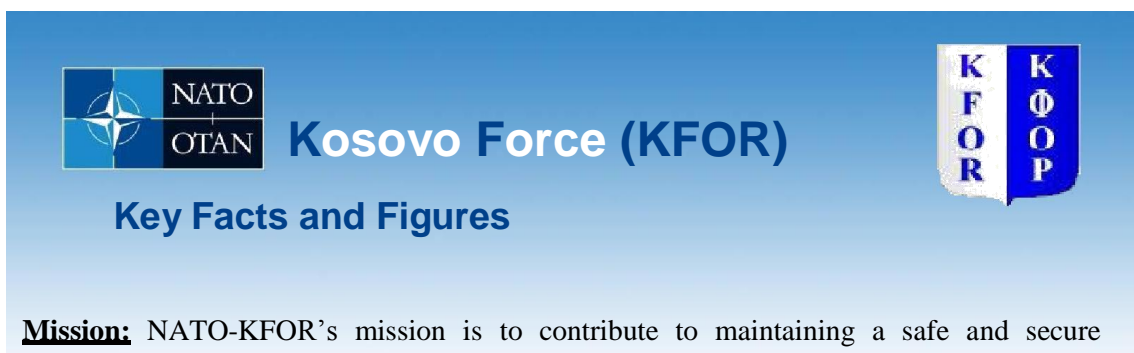
Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.



Figura n.º 3 – Localização geográfica do Kosovo
Fonte: guiageo-europa (2015)

Anexo D

Nações que contribuem para a KFOR



Mission: NATO-KFOR's mission is to contribute to maintaining a safe and secure environment as mandated by United Nations Security Council Resolution 1244. In carrying out its mission, NATO cooperates and assists the United Nations, the European Union and other international actors, as appropriate, to support the development of a stable and peaceful Kosovo. KFOR supports the development of professional, democratic and multi-ethnic security structures in Kosovo. This includes NATO's support for the ongoing development of the Kosovo Security Force (KSF) through the provision of advice, training and capacity-building at KSF Brigade level and above. The KSF is as an all-voluntary, professional, multi-ethnic, lightly-armed force. Its basic missions include crisis response, assistance to civilian authorities in responding to natural and other disasters, Explosive Ordnance Disposal and civilian protection tasks.

Commander: Major General Francesco Paolo FIGLIUOLO (ITA)

31 Troop Contributing Nations

	Albânia		Lituânia
	Arménia		Luxemburgo
	Áustria		Moldávia
	Bulgária		Países Baixos
	Canadá		Noruega
	Croácia		Polónia
	República Checa		Portugal
	Dinamarca		Roménia
	Estónia		Eslovénia
	Finlândia		Suécia
	França		Suiça
	Alemanha		Turquia
	Grécia		Reino Unido
	Hungria		EUA
	Irlanda		Ucrânia
	Itália		

Figura n.º 4 - Nações que contribuem para a KFOR